

26 de fevereiro de 2024

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de dezembro de 2023

Um Banco preparado para o futuro

Rendibilidade

- **Resultado líquido** de **856,0 milhões de euros** em 2023.
- **Aumento do resultado operacional core** do Grupo em **31,7%** para **2.434,8 milhões de euros**, suportado no **aumento de 23,1%** dos **proveitos core** e na **gestão rigorosa dos custos operacionais**, que aumentaram **8,3%** face a 2022.
 - **Efeitos¹** relacionados com o **Bank Millennium**: **encargos de 779,7² milhões de euros associados à carteira de créditos hipotecários em francos suíços**, dos quais provisões de **623,0³ milhões de euros** que incluem a aplicação de pressupostos mais conservadores ao modelo de provisionamento decorrentes da decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia; **resultados beneficiaram de 139,1 milhões de euros**, relacionados com a **venda de 80% da participação na Millennium Financial Services** no âmbito da parceria estratégica na área de *bancassurance*.
- **Resultado líquido da atividade em Portugal** de **724,9 milhões de euros** em 2023, correspondendo a um aumento de **381,4 milhões de euros** face a 2022.

Modelo de negócio

- **Reforço significativo dos rácios de capital**. **Rácio de capital CET1⁴ de 15,4%** e **rácio de capital total⁴ de 19,9%** (aumento de 293 pb e de 310 pb, respetivamente, face a 2022), evidenciando a forte capacidade de geração orgânica de capital.
- **Indicadores de liquidez⁵ muito acima dos requisitos regulamentares** (LCR: 276%; NSFR: 167% e LtD: 71%).
- **Recursos de balanço do Grupo crescem 2,5%** face a dezembro de 2022 para **79,2 mil milhões de euros**.
- **Redução expressiva de ativos não produtivos** face a dezembro de 2022: **266 milhões de euros em NPE**, **83 milhões de euros em imóveis recebidos por recuperação** e **45 milhões de euros em fundos de reestruturação**, uma redução combinada de **14,0%** face a dezembro de 2022.
- **Crescimento da base de Clientes** com destaque para o aumento de Clientes *mobile* (**10%** face a dezembro de 2022) que representam **68%** do total de Clientes.
- **Investment grade** pelas 4 agências de *rating*, após sucessivas revisões em alta.

1 Antes de impostos e interesses que não controlam 2 Inclui provisões para riscos legais, custos com acordos extrajudiciais e consultoria legal 3 Não inclui provisões relacionadas com a carteira do Euro Bank de créditos hipotecários (garantida por entidade terceira) 4 Rácio fully implemented (inclui resultados não auditados de 2023) 5 Liquidity Coverage Ratio (LCR); Net Stable Funding Ratio (NSFR); Loans to Deposits Ratio (LTD).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 3.000.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SODC9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço
Telf. +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
bernardo.collaco@millenniumbcp.pt
alexandre.moita@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt

SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	31 dez. 23	31 dez. 22 (reexpresso)	Var. 23/22
BALANÇO			
Ativo total	94.380	89.877	5,0 %
Situação líquida	7.299	5.937	23,0 %
Crédito a clientes (líquido)	55.218	56.198	(1,7 %)
Recursos totais de clientes	95.295	92.808	2,7 %
Recursos de clientes de balanço	79.215	77.250	2,5 %
Depósitos e outros recursos de clientes	77.928	75.907	2,7 %
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	70,9 %	74,0 %	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	69,7 %	72,7 %	
RESULTADOS			
Margem financeira	2.825,7	2.149,8	31,4 %
Produto bancário	3.769,7	2.857,4	31,9 %
Custos operacionais	1.162,6	1.073,0	8,3 %
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	1.147,3	1.056,5	8,6 %
Resultados de modificações	(19,4)	(309,9)	93,7 %
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	240,0	300,6	(20,2 %)
Outras imparidades e provisões	859,8	755,6	13,8 %
Impostos sobre lucros	537,4	304,3	76,6 %
Resultado líquido	856,0	197,4	>200%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	4,1 %	3,0 %	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	1,0 %	0,1 %	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	1,6 %	0,4 %	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	16,0 %	3,9 %	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	23,8 %	7,2 %	
Taxa de margem financeira	3,36 %	2,46 %	
Rácio de eficiência <i>core</i> (2)(3)	31,9 %	36,2 %	
Rácio de eficiência (2)	30,8 %	37,6 %	
Rácio de eficiência (2)(3)	31,6 %	37,0 %	
Rácio de eficiência - atividade em Portugal (2)(3)	29,5 %	37,2 %	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2)(3)	17,0 %	19,7 %	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	42	52	
<i>Non-Performing Exposures</i> (crédito) / Crédito a clientes	3,4 %	3,8 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE (crédito)	81,8 %	68,3 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,0 %	3,2 %	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	276 %	212 %	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	167 %	154 %	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	15,5 %	12,6 %	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	15,4 %	12,5 %	
Rácio total <i>fully implemented</i>	19,9 %	16,8 %	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	399	408	(2,2 %)
Atividade internacional	807	832	(3,0 %)
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	6.242	6.252	(0,2 %)
Atividade internacional (5)	9.446	9.491	(0,5 %)

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui o impacto dos itens específicos: impacto positivo de 123,9 milhões de euros em 2023 e impacto negativo de 16,5 milhões de euros em 2022. Em 2023, os itens específicos incluem: proveitos no montante de 139,1 milhões de euros, reconhecidos na atividade internacional, associados à venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. e custos de 15,3 milhões de euros reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal [(i) custos relacionados com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017, a título de distribuição de parte dos resultados obtidos em 2022; (ii) custos com saídas de colaboradores, nomeadamente com reformas antecipadas; (iii) custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores e (iv) um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco]. Em 2022, os itens específicos, reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal, incluem: (i) a distribuição de parte dos resultados obtidos em 2021 pelos colaboradores do Banco; ii) custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores; iii) atribuição de um pagamento pontual a colaboradores como medida de mitigação dos impactos da inflação; e iv) a constituição de uma provisão para outras medidas de adaptação da estrutura.

(4) Os rácios de capital com referência a 31 de dezembro de 2023 são estimados, incluindo os resultados líquidos positivos acumulados.

(5) Dos quais, na Polónia: 6.872 colaboradores em 31 de dezembro de 2023 (correspondendo a 6.747 FTE - *Full-time equivalent*) e 6.987 colaboradores em 31 de dezembro de 2022 (correspondendo a 6.860 FTE - *Full-time equivalent*).

RESULTADOS E ATIVIDADE EM 2023

A atualidade mundial continua a ser marcada por tensões suscetíveis de gerar impactos futuros significativos, que não são neste momento passíveis de previsão ou quantificação. No continente europeu subsiste a guerra na Ucrânia, decorrente da invasão daquele país por parte da Federação Russa, em finais de fevereiro de 2022, ainda que a exposição direta do Grupo às economias dos dois países envolvidos no conflito não se afigure material.

O Grupo detém 49% do Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbcp Ageas), procedendo à sua contabilização pelo método de equivalência patrimonial, como investimentos em associadas. Em 1 de janeiro de 2023, a Mbcp Ageas fez a adoção simultânea da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro. Tendo em conta que a aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 exige informação comparativa, a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador fez o exercício da transição a 1 de janeiro de 2022. Os impactos decorrentes da implementação da IFRS 17 pela Mbcp Ageas levaram à necessidade de reexpressão das contas do Grupo referentes a 2022.

Em 13 de fevereiro de 2023, o Bank Millennium assinou um acordo para a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. à Towarzystwo Ubezpieczeń na Życie Europa S.A. que adquire 72% das ações daquela sociedade e à Towarzystwo Ubezpieczeń Europa S.A. que adquire 8% das ações. O Bank Millennium celebrou também com os compradores e com a Millennium Financial Services sp. z o.o. determinados acordos relativos ao modelo de distribuição exclusiva de seguros, incluindo um acordo de cooperação, acordos de distribuição e acordos de agenciamento. A parceria estratégica assim estabelecida prevê uma ligação de *bancassurance* de longo prazo (10 anos) em relação a produtos de seguros específicos associados à oferta de crédito do Bank Millennium. Em 29 de março de 2023 concluiu-se a transação, com a transferência de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., bem como com o recebimento do respetivo preço pelo Bank Millennium S.A., resultando no reconhecimento do correspondente resultado financeiro positivo e desencadeando o início da Cooperação Estratégica de Seguros entre o Banco e os compradores, conforme descrito anteriormente. No quarto trimestre do ano, houve uma reavaliação deste ganho, decorrente da observação de determinadas condições.

Em 24 de março de 2023, o BCP foi notificado da decisão favorável da autoridade de supervisão sobre o pedido de aplicação do artigo 352 (2) da CRR para exclusão do cálculo dos ativos ponderados para risco de mercado de determinadas posições cambiais estruturais para imunização dos rácios regulamentares face a variações das taxas de câmbio.

Após sucessivas revisões em alta, refletindo o percurso de normalização do Banco, as quatro principais Agências de *Rating* Internacionais (DBRS, Moody's, S&P e Fitch) atribuíram notação de *Investment Grade* ao BCP.

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido consolidado do Millennium bcp ascendeu a 856,0 milhões de euros em 2023, apresentando um crescimento bastante expressivo face aos 197,4¹ milhões de euros apurados no ano anterior.

A Comissão Executiva irá submeter ao Conselho de Administração uma proposta de aplicação de resultados a apresentar à Assembleia Geral de Acionistas que inclua a distribuição de dividendos correspondentes a um *payout ratio* de 30% calculado sobre o resultado líquido consolidado do exercício de 2023.

A evolução do resultado líquido consolidado reflete o desempenho favorável quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional, permitindo que a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) do Grupo aumentasse de 3,9% para 16,0% no último ano.

Para este desempenho contribuiu, em larga medida, o aumento de 23,1% registado nos proveitos *core*, de 2.921,7 milhões de euros em 2022 para 3.597,4 milhões de euros em 2023. Tanto na atividade em Portugal, onde o crescimento foi mais expressivo, como na atividade internacional, os proveitos *core* apresentaram crescimentos significativos, decorrentes, em ambos os casos, do crescimento da margem financeira, que em termos consolidados se situou 31,4% acima dos 2.149,8 milhões de euros apurados no ano anterior, ascendendo a 2.825,7 milhões de euros no final de 2023. As comissões líquidas, por sua vez, mantiveram-se em linha com o montante alcançado no ano anterior, totalizando 771,7 milhões de euros em 2023.

O ganho extraordinário de 139,1² milhões de euros associado à venda, por parte do Bank Millennium, de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., no âmbito da parceria estratégica na área de *bancassurance*, também se refletiu de forma positiva no desempenho do resultado líquido consolidado face ao ano anterior.

A evolução do resultado líquido do Grupo foi também influenciada por efeitos extraordinários associados à subsidiária polaca que haviam tido um impacto negativo no exercício anterior. Nesse sentido, refira-se, desde logo, o reconhecimento antecipado dos custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) promulgado em julho de 2022, cujo montante ascendeu a 282,8 milhões de euros, reconhecidos na rubrica resultados de modificações.

Por outro lado, a evolução favorável do resultado do Grupo em 2023 em comparação com o exercício anterior foi também influenciada por o resultado associado à subsidiária polaca em 2022 ter sido penalizado pelo reconhecimento da imparidade referente à totalidade do *goodwill* associado à aquisição pelo Grupo BCP da percentagem de controlo sobre o Bank Millennium S.A. no montante de 102,3 milhões de euros a 30 de junho de 2022.

Também na subsidiária polaca, a contribuição para o fundo de proteção institucional polaco (IPS - *Institutional Protection Scheme*), criado em 2022 e inexistente em 2023, a par de isenções temporárias no ano corrente relativas a outras contribuições, permitiram uma redução de 107,7 milhões de euros no custo global das contribuições suportadas pela subsidiária, contribuindo também desta forma para a evolução favorável do resultado líquido consolidado.

A evolução do perfil de risco da carteira de crédito, por sua vez, permitiu uma redução das dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações), quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, determinando o desempenho favorável desta rubrica, que em termos consolidados totalizou 240,0 milhões de euros, situando-se 60,6 milhões de euros (20,2%) abaixo do montante apurado em 2022.

Em contrapartida, o resultado do Grupo continuou a ser fortemente condicionado pelo acréscimo dos custos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca, que globalmente evoluíram de 525,6 milhões de euros em 2022, para 779,7 milhões de euros no final de 2023 (ambos antes de impostos e interesses que não controlam). O aumento destes custos decorreu maioritariamente da constituição de provisões adicionais para fazer face ao risco de litigância implícito nesta carteira, na sequência da decisão desfavorável do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) relativamente à remuneração do capital nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na

¹ Na sequência da adoção, em 1 de janeiro de 2023, da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro, por parte da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbc Ageas), entidade detida a 49% pelo Grupo, e cumprindo a exigência de informação comparativa, as contas de 2022 do Grupo foram reexpressas em conformidade, correspondendo a um impacto negativo de 10,1 milhões de euros nos resultados de 2022.

² Este montante inclui o ganho determinado no primeiro trimestre do ano corrente (127 milhões de euros), bem como um ganho adicional de 12 milhões de euros reconhecido no quarto trimestre.

medida em que as referidas provisões passaram de 393,8 milhões de euros em 2022, para 623,0 milhões de euros em 2023 (montantes líquidos do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser ressarcido por entidade terceira).

Por outro lado, não obstante a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos por parte do Grupo, o impacto da inflação fez-se sentir nas três geografias em que o Banco opera (particularmente na Polónia e em Moçambique), influenciando a evolução dos custos operacionais que, em termos consolidados, aumentaram 8,3%, de 1.073,0 milhões de euros, para 1.162,6 milhões de euros. Tanto os custos com o pessoal como os outros gastos administrativos assumiram valores superiores aos registados um ano antes, quer na atividade em Portugal quer principalmente na atividade internacional. As amortizações do exercício, por sua vez, diminuíram face ao montante apurado no ano anterior, pese embora este impacto não tenha sido significativo na evolução dos custos operacionais.

Por último, apesar do impacto pouco significativo no resultado líquido do Grupo, refira-se a evolução do resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação, de 5,5 milhões de euros em 2022, para 2,9 milhões de euros negativos em 2023. No ano corrente, o resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação resulta, essencialmente, do acerto final ao preço de venda do Banque Privée BCP (Suisse) S.A. ("Banque Privée"), conforme condições previamente acordadas³, sendo que em 2022, além do acerto do preço de venda do Banque Privée, incorpora também a correção da mais valia gerada na venda, no final de 2021, de 70% da participação que o Grupo detinha na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM") (atualmente designada de Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A.).

Em 2023, o resultado operacional *core* do Grupo ascendeu a 2.434,8 milhões de euros, evidenciando um crescimento expressivo de 31,7% face aos 1.848,7 milhões de euros alcançados no ano anterior.

A análise efetuada anteriormente não exclui itens específicos reconhecidos nestes anos. Em 2023, o impacto dos itens específicos foi positivo no montante de 123,9 milhões de euros (antes de impostos e de interesses que não controlam), incluindo os proveitos no montante de 139,1 milhões de euros reconhecidos na atividade internacional, associados à venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. (127,9 milhões de euros reconhecidos em resultados de operações financeiras e 11,2 milhões de euros reconhecidos em outros proveitos de exploração líquidos) e custos de 15,3 milhões de euros reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Por outro lado, em 2022, o impacto dos itens específicos foi negativo no montante de 16,5 milhões de euros (antes de impostos), reconhecidos em custos com o pessoal na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido em 2023 ascendeu a 724,9 milhões de euros, situando-se bastante acima dos 343,5 milhões de euros alcançados no ano anterior, devido em larga medida ao aumento de 54,2% (515,7 milhões de euros) registado na margem financeira, que ascendeu a 1.466,6 milhões de euros no final de 2023.

A evolução do resultado líquido na atividade em Portugal beneficiou também, apesar de numa menor dimensão, da redução das imparidades e provisões verificada no último ano, com as outras imparidades e provisões a apresentarem uma diminuição de 21,7% (44,5 milhões de euros) face ao montante apurado no ano anterior, fixando-se em 160,8 milhões de euros no final de 2023, enquanto a imparidade do crédito se situou 5,0% (10,8 milhões de euros) abaixo do montante reconhecido em 2022, totalizando 207,6 milhões de euros em 2023.

Os outros resultados de exploração, influenciados, em larga medida, pela redução das contribuições obrigatórias, e os resultados por equivalência patrimonial também contribuíram para a evolução favorável do resultado líquido na atividade em Portugal, ao apresentar crescimentos de 14,8% (11,3 milhões de euros) e de 3,3% (1,9 milhões de euros), respetivamente.

Inversamente, o resultado líquido da atividade em Portugal em 2023 foi penalizado pela forte redução registada nos resultados em operações financeiras, que se situaram em 12,9 milhões de euros, face a 69,2 milhões de euros obtidos em 2022.

A evolução do resultado líquido da atividade em Portugal foi ainda condicionada, pese embora de forma menos expressiva, pelo aumento de 2,5% (14,9 milhões de euros) registado nos custos operacionais. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente ao aumento dos custos com o pessoal, pese embora também se tenha registado um

³ No âmbito da venda da totalidade do capital social do Banque Privée, no quarto trimestre de 2021, o preço de venda recebido poderia vir a ser ajustado positiva ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transações, incluindo a variação da situação líquida nas contas finais da companhia na data da transação, e os decorrentes de variações de *stocks* e/ou de fluxos de ativos sob gestão, em datas pré-determinadas e para carteiras pré-estabelecidas.

acréscimo nos outros gastos administrativos, tendo estes impactos sido atenuados pela redução das amortizações do exercício.

Refira-se ainda a redução dos rendimentos de instrumentos de capital, correspondendo a uma quebra de 8,2 milhões de euros face ao ano anterior, enquanto as comissões líquidas, por sua vez, não tiveram impacto na evolução do resultado líquido na atividade em Portugal, na medida em que se mantiveram estáveis face a 2022.

Pese embora o facto de as comissões terem permanecido em linha com o montante apurado em 2022, o aumento registado na margem financeira refletiu-se num aumento significativo dos proveitos *core* que compensou largamente a subida dos custos operacionais, levando a que o resultado operacional *core* na atividade em Portugal crescesse 55,0%, de 909,8 milhões de euros em 2022, para 1.410,3 milhões de euros em 2023.

Excluindo os itens específicos referidos anteriormente (impactos negativos de 15,3 milhões de euros em 2023 e de 16,5 milhões de euros em 2022, ambos reconhecidos em custos com o pessoal), o resultado operacional *core* na atividade em Portugal aumentou 53,9% de 926,3 milhões de euros para 1.425,5 milhões de euros.

Na atividade internacional, o resultado líquido de 2023 ascendeu a 131,2 milhões de euros, melhorando de forma expressiva face aos 146,1 milhões de euros negativos apurados no ano anterior, devido ao contributo associado à subsidiária polaca, que apresentou, no último trimestre do exercício, o quinto trimestre consecutivo com resultados positivos. Para a evolução do contributo associado à subsidiária polaca contribuíram os diversos fatores anteriormente descritos.

O Millennium bim em Moçambique, por sua vez, apresentou um resultado em linha com o montante apurado no ano anterior (-0,9 %), sendo, no entanto, de referir que o resultado de 2022 incorpora na rubrica resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação, o impacto positivo da correção da mais valia gerada na venda de 70% da participação que o Grupo detinha na “SIM” conforme referido anteriormente. O resultado de operações em continuação registou um aumento de 3,2%.

Apesar do menor peso relativo no âmbito desta análise, salienta-se o contributo da operação angolana, devido por um lado à apropriação dos resultados do Banco Millennium Atlântico reconhecidos em resultados por equivalência patrimonial, e por outro, ao facto de no ano anterior terem sido reconhecidas imparidades, incluindo a imparidade do *goodwill*, inexistentes este ano.

Beneficiando do aumento dos proveitos *core* e não obstante o impacto dos níveis de inflação nos custos operacionais, o resultado operacional *core* da atividade internacional apresentou um crescimento de 9,1%, de 938,9 milhões de euros em 2022, para 1.024,6 milhões de euros em 2023.

MARGEM FINANCEIRA

Em 2023, a margem financeira do Grupo ascendeu a 2.825,7 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 31,4% face aos 2.149,8 milhões de euros apurados no ano anterior. A evolução favorável da margem financeira verificou-se tanto na atividade em Portugal, onde se registou um crescimento superior a 50%, como na atividade internacional.

Com efeito, a margem financeira, na atividade em Portugal, apresentou um crescimento de 54,2% face aos 951,0 milhões de euros apurados em 2022, ascendendo a 1.466,6 milhões de euros, no final de 2023, refletindo, acima de tudo, a evolução favorável do negócio comercial, mas incorporando também, por um lado, o efeito positivo decorrente da gestão da carteira de títulos e, por outro, o aumento dos custos suportados com a dívida emitida e passivos subordinados.

Assim, apesar de o saldo médio da carteira de crédito a clientes, na atividade em Portugal, ter diminuído em relação ao ano anterior, assistiu-se a um aumento do rendimento gerado por esta carteira, decorrente dos aumentos que se registaram nas taxas de juro. Em contrapartida, este impacto foi parcialmente compensado pelo aumento da remuneração da carteira de depósitos, refletindo não só a evolução das taxas de juro, como também o aumento do saldo médio dos depósitos remunerados face ao ano anterior.

No que respeita à carteira de títulos, pese embora o facto dos restantes títulos também terem gerado rendimentos superiores face aos registados em 2022, merece particular destaque o maior contributo do rendimento gerado pela carteira de dívida pública, beneficiando por um lado da evolução das taxas de juro e por outro da rotação da carteira.

Com impacto negativo na evolução da margem financeira na atividade em Portugal observou-se o aumento, face a 2022, dos custos suportados com a dívida emitida e passivos subordinados, decorrente não só do aumento das taxas de juro aplicadas, mas também do impacto de duas emissões de títulos representativos de dívida sénior preferencial no montante de 350 milhões de euros e de 500 milhões de euros, colocadas no mercado em outubro de 2022 e em setembro de 2023, respetivamente. Estas emissões, ao abrigo do *Euro Note Programme* do Banco, visam o cumprimento dos requisitos designados por “MREL” (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*).

Na sequência do reembolso antecipado das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO) em dezembro de 2022 e uma parcela remanescente em janeiro de 2023, estas operações já não tiveram um impacto material em 2023, ao contrário do que havia sucedido no ano anterior, durante o qual a margem financeira na atividade em Portugal refletiu os proveitos decorrentes da taxa de juro negativa aplicada. Em contrapartida, refira-se o aumento na margem financeira decorrente das aplicações de liquidez junto do Banco de Portugal. Por último, refira-se o impacto do aumento do custo dos recursos de outras instituições de crédito, líquido dos juros das aplicações de excedentes de liquidez junto destas instituições, refletindo a evolução das taxas de juro verificada no último ano.

Na atividade internacional, a margem financeira ascendeu a 1.359,1 milhões de euros no final de 2023, apresentando um crescimento de 13,4% face aos 1.198,8 milhões de euros apurados em 2022.

Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da subsidiária polaca, impulsionado pelos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência verificados entre o último trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022. Na subsidiária em Moçambique, apesar de condicionada pelo expressivo aumento do requisito local de reservas de caixa não remuneradas a manter junto do banco central, a margem financeira manteve-se estável face ao montante apurado no ano anterior.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira apresentou uma subida significativa, de 2,46% em 2022 para 3,36% em 2023, refletindo sobretudo o desempenho da atividade em Portugal.

Com efeito, na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira evoluiu de 1,53% em 2022, para 2,59% em 2023, influenciada, principalmente, pelo aumento das taxas de juro subjacentes às carteiras de crédito e de dívida pública.

A taxa de margem financeira na atividade internacional, por sua vez, registou uma subida mais modesta, de 4,77% em 2022, para 4,93% em 2023, limitada pelo impacto da inversão da política monetária do banco central da Polónia, que após um período de sucessivos aumentos entre o último trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022, efetuou os primeiros cortes de taxas de juro em setembro e outubro de 2023.

RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, evoluíram de 68,7 milhões de euros em 2022, para 66,0 milhões de euros no final de 2023.

Apesar da variação não ser muito significativa, importa salientar que a mesma resultou de desempenhos opostos no que se refere a cada uma das rubricas que compõe este agregado. Com efeito, enquanto os resultados por equivalência patrimonial aumentaram 9,6% (5,7 milhões de euros) no último ano, totalizando 64,3 milhões de euros no final de 2023, os rendimentos de instrumentos de capital registaram uma quebra significativa, de 10,1 milhões de euros para 1,8 milhões de euros, no mesmo período.

Na atividade em Portugal, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital ascenderam a 60,6 milhões de euros em 2023, que compara com 67,0 milhões de euros apurados no ano anterior. Os rendimentos de instrumentos de capital diminuíram significativamente, de 9,3 milhões de euros em 2022, para 1,0 milhão de euros no final do ano corrente, enquanto os resultados por equivalência

patrimonial evoluíram, de 57,7 milhões de euros para 59,6 milhões de euros impulsionados pelo maior contributo associado à participação na Millenniumbcp Ageas. De referir que na sequência da adoção, em 1 de janeiro de 2023, da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro por parte da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbc Ageas), entidade detida a 49% pelo Grupo, o montante associado aos resultados por equivalência patrimonial da Mbc Ageas, referente a 2022, foi reexpresso, cumprindo assim a exigência de informação comparativa. Esta reexpressão traduziu-se num ajustamento de 10,1 milhões de euros, de 39,8 milhões de euros para 29,7 milhões de euros, nos resultados por equivalência patrimonial provenientes da Mbc Ageas em 2022. O impacto dos resultados da Mbc Ageas na evolução desta rubrica foi atenuado pelos menores rendimentos gerados em 2023 pelas participações na SIBS e principalmente na Unicre face ao montante registado no ano anterior.

Na atividade internacional, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital, totalizaram 5,4 milhões de euros em 2023, evoluindo favoravelmente face aos 1,7 milhões de euros apurados no ano anterior, devido sobretudo à apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico em Angola que passaram de 0,9 milhões de euros negativos em 2022 para um montante positivo de 2,7 milhões de euros em 2023. A apropriação dos resultados gerados pela Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. ("SIM"), atualmente designada por Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A., por sua vez, não variou materialmente face ao ano anterior.

COMISSÕES LÍQUIDAS

Em 2023, as comissões líquidas totalizaram 771,7 milhões de euros, mantendo-se em linha com o montante registado no ano anterior, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Em termos consolidados, quer as comissões bancárias, quer as comissões relacionadas com os mercados financeiros permaneceram num patamar semelhante ao verificado em 2022, com as ligeiras variações registadas em cada um dos agregados a compensarem-se entre si.

Com efeito, as comissões bancárias ascenderam a 663,2 milhões de euros, no final do ano corrente, situando-se 1,4 milhões de euros (0,2%) abaixo do montante apurado em 2022, enquanto as comissões relacionadas com os mercados financeiros totalizaram 108,5 milhões de euros, 1,2 milhões de euros (1,1%) acima do montante registado um ano antes.

Na atividade em Portugal, as comissões líquidas, em 2023, ascenderam a 560,3 milhões de euros, permanecendo em linha com o montante apurado no ano anterior.

Tanto as comissões relacionadas com o negócio bancário, que se cifraram em 471,4 milhões de euros, como as comissões relacionadas com os mercados, que totalizaram 88,9 milhões de euros, se situaram num patamar semelhante ao alcançado em 2022, variando, apenas, -0,3% e 1,4%, respetivamente. Esta evolução decorreu, no entanto, de dinâmicas distintas no que respeita aos vários tipos de comissões que compõem estes dois agregados.

Assim, no que respeita às comissões relacionadas com o negócio bancário, na atividade em Portugal, destaca-se por um lado o crescimento das comissões relacionadas com cartões e transferências de valores, e por outro a redução das comissões associadas a operações de crédito e garantias. As comissões relacionadas com cartões e transferência de valores incluem os montantes cobrados pelas transações realizadas com cartões e respetivas redes de pagamento, pelas transferências bancárias e pela utilização de pontos de venda (POS), evidenciando assim o aumento dos níveis de transacionalidade verificados no último ano, enquanto a evolução das comissões associadas a operações de crédito e garantias reflete a menor produção de crédito no contexto atual e as restrições legais entretanto impostas.

Tal como referido anteriormente, as comissões líquidas, na atividade internacional, permaneceram em linha com o montante apurado em 2022, tendo-se fixado em 211,4 milhões de euros. Nem na subsidiária polaca nem na subsidiária em Moçambique, se registaram variações significativas no montante global das comissões líquidas. De igual modo, quer as comissões relacionadas com o negócio bancário, quer as comissões relacionadas com mercados na atividade internacional permaneceram em patamares idênticos aos verificados no ano anterior, totalizando 191,8 milhões de euros e 19,6 milhões de euros, respetivamente no final de 2023.

COMISSÕES LÍQUIDAS ⁽¹⁾

Milhões de euros

	2023	2022	Var. 23/22
COMISSÕES BANCÁRIAS	663,2	664,6	(0,2 %)
Cartões e transferências de valores	248,0	228,4	8,6 %
Crédito e garantias	128,8	140,7	(8,5 %)
<i>Bancassurance</i>	118,6	119,4	(0,6 %)
Gestão e manutenção de contas	159,1	165,5	(3,9 %)
Outras comissões	8,7	10,6	(17,7 %)
COMISSÕES RELACIONADAS COM MERCADOS	108,5	107,3	1,1 %
Operações sobre títulos	36,3	39,3	(7,7 %)
Gestão e distribuição de ativos	72,2	68,0	6,2 %
	771,7	771,9	0,0 %
das quais:			
Atividade em Portugal	560,3	560,6	0,0 %
Atividade internacional	211,4	211,4	0,0 %

(1) Em 2023 foram efetuadas algumas reclassificações contabilísticas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos relativos a 2022 das rubricas objeto de reclassificação, considerados para efeitos da presente análise, estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade. O montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores mantém-se inalterado.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2023, os resultados em operações financeiras ascenderam a 144,8 milhões de euros, evidenciando um crescimento bastante expressivo face aos 50,0 milhões de euros alcançados no ano anterior. Este desempenho foi determinado pelo reconhecimento, em 2023, dos ganhos obtidos pela subsidiária polaca com a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., no âmbito da parceria estratégica na área de *bancassurance*, que, nesta rubrica totalizaram 127,9 milhões de euros. Em termos consolidados, este impacto foi atenuado pela redução dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal, face ao montante apurado em 2022.

Com efeito, na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras situaram-se muito aquém dos 69,2 milhões de euros apurados em 2022, fixando-se em 12,9 milhões de euros no final de 2023.

Neste desempenho refira-se o contributo associado à carteira de títulos, refletindo por um lado os ganhos reconhecidos no ano anterior com a alienação de títulos de dívida pública estrangeira, que não se verificaram no ano corrente e por outro a evolução favorável dos resultados em operações financeiras associadas a títulos de dívida pública portuguesa, na medida em que as perdas registadas foram significativamente inferiores face às registadas um ano antes. A evolução dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal foi ainda influenciada pelos custos apurados com a alienação de créditos em 2023, a contrastar com os proveitos reconhecidos no ano anterior.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras apresentaram um crescimento muito expressivo ao evoluir das perdas de 19,3 milhões de euros apuradas em 2022, para ganhos de 131,9 milhões de euros no final do ano corrente.

Este desempenho foi determinado pelos já referidos ganhos obtidos com a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o., que nesta rubrica totalizaram 127,9 milhões de euros em 2023, tendo sido considerados itens específicos. Importa referir que este montante inclui um ganho adicional de 10,1 milhões de euros face aos 117,8 milhões de euros considerados no primeiro trimestre do ano, cujo reconhecimento estava sujeito ao cumprimento de determinadas condições. Adicionalmente, a redução dos custos suportados pela subsidiária polaca com a conversão de créditos hipotecários concedidos em francos suíços, na sequência dos acordos entretanto celebrados com os clientes detentores desses créditos, que em 2023 penalizaram os resultados em operações financeiras em 60,3 milhões de euros face aos 82,0 milhões de euros reconhecidos em 2022, também contribuiu para o desempenho favorável desta rubrica.

OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os outros proveitos de exploração líquidos incorporam, entre outros, os custos relacionados com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, bem como com as restantes contribuições obrigatórias, quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional.

Em 2023, os outros proveitos de exploração líquidos totalizaram 38,6 milhões de euros negativos, melhorando significativamente face aos 182,9 milhões de euros também negativos apurados no ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da atividade internacional, nomeadamente à redução das contribuições obrigatórias a que a subsidiária polaca esteve sujeita.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos evoluíram de 76,3 milhões de euros negativos em 2022, para 65,0 milhões de euros também negativos no final de 2023. À semelhança do que aconteceu na atividade internacional, também foi a redução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias que contribuiu maioritariamente para esta evolução, pese embora esse impacto tenha sido atenuado pelos menores ganhos reconhecidos com a alienação de ativos não correntes detidos para venda face ao montante reconhecido no ano anterior.

Com efeito, no último ano, o montante global das contribuições obrigatórias passou de 88,5 milhões de euros para 72,6 milhões de euros, refletindo, maioritariamente, a redução das contribuições exigidas para o Fundo de Resolução Nacional (FRN) e para o Fundo Único de Resolução (FUR). A contribuição para o FRN diminuiu cerca de 50%, de 18,7 milhões de euros em 2022, para 9,5 milhões de euros em 2023, devido, sobretudo, à redução da taxa de contribuição, de 0,057% para 0,029%. O custo com a contribuição para o (FUR), por sua vez, passou de 25,8 milhões de euros em 2022, para 17,7 milhões de euros no ano corrente, refletindo por um lado as menores necessidades de reforço do Fundo determinadas pelo Conselho Único de Resolução (CUR) e por outro o aumento, de 15,0% para 22,5%, da proporção suscetível de ser satisfeita mediante compromissos irrevogáveis de pagamento, reduzindo assim o impacto sobre a conta de exploração das instituições. Em contrapartida, o custo suportado com a contribuição sobre o setor bancário aumentou de 36,8 milhões de euros, para 37,9 milhões de euros no mesmo período, influenciado pelo crescimento do balanço do Banco, com o correspondente aumento do passivo médio considerado no cálculo do montante desta contribuição. De referir que a redução do balanço que teve lugar no final de 2022 só terá maior impacto nas contribuições de 2024, uma vez que o cálculo do montante a pagar considera os valores médios do balanço do ano anterior ao qual respeita a contribuição tendo em conta com as observações de fim de mês. A contribuição adicional de solidariedade a aplicar sobre o sector bancário, para financiar os custos com a resposta pública ao impacto da crise provocada pela pandemia associada à COVID-19, e a contribuição para o fundo de garantia de depósitos mantiveram-se em linha com o valor apurado no ano anterior.

De referir que, no ano corrente, do montante total dos custos reconhecidos com contribuições obrigatórias na atividade em Portugal, 54,3 milhões de euros referem-se a contribuições destinadas a entidades nacionais (62,2 milhões de euros em 2022).

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos apresentaram uma melhoria muito significativa ao evoluir dos 106,7 milhões de euros negativos apurados em 2022, para um proveito de 26,4 milhões de euros no final de 2023. Este desempenho foi determinado pela redução de cerca de 90% do custo com as contribuições obrigatórias, de 121,2 milhões de euros em 2022, para 13,3 milhões de euros em 2023, refletindo essencialmente a evolução registada na subsidiária polaca.

Apesar dos custos com todas as contribuições obrigatórias suportados pela subsidiária polaca terem sido inferiores face aos reconhecidos em 2022, a evolução do montante global destas contribuições no último ano ficou a dever-se maioritariamente à contribuição, suportada em 2022, associada ao então criado fundo de proteção institucional polaco com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro local (IPS - *Institutional Protection Scheme*), que ascendeu a 59,0 milhões de euros, inexistente em 2023. Por outro lado, na sequência da contribuição para o IPS, encontra-se suspensa a contribuição para o fundo de garantia de depósitos do Bank Millennium, que apenas suportou os custos com este fundo até ao primeiro trimestre de 2022, inclusive (no montante de 8,0 milhões de euros) contribuindo também desta forma para a evolução favorável do montante global suportado com as contribuições

obrigatórias no ano corrente. A evolução das contribuições obrigatórias na subsidiária polaca beneficiou também da suspensão do pagamento do imposto especial sobre o sector bancário polaco, na sequência da ativação, no início do segundo semestre de 2022, do Plano de Recuperação do Bank Millennium (em 2022 este imposto ascendeu a 36,1 milhões de euros). Os encargos com o fundo de resolução, por sua vez, cifraram-se em 13,2 milhões de euros em 2023, situando-se aquém dos 17,8 milhões de euros reconhecidos no ano anterior.

Para além da redução dos encargos com as contribuições obrigatórias da subsidiária polaca, a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos na atividade internacional beneficiou também, ainda que numa menor dimensão, de um ganho de 11,2 milhões de euros, considerado um item específico, associado à reavaliação da participação minoritária (20%) com que o Bank Millennium na Polónia ficou na sequência da venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. O montante referido inclui um ganho adicional de 2,0 milhões de euros face aos 9,2 milhões de euros determinados no primeiro trimestre do ano.

Inversamente, o desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos foi influenciado negativamente pelos impactos associados à carteira de créditos hipotecários em moeda estrangeira que, nesta rubrica, evoluíram de um proveito de 21,5 milhões de euros em 2022 para um proveito de 15,8 milhões de euros em 2023. Este desempenho reflete o aumento quer dos custos judiciais relacionados com os processos de reclamação interpostos pelo Bank Millennium para ressarcimento dos valores devidos pelos clientes, quer dos custos decorrentes das negociações com clientes. Em contrapartida, os proveitos a receber de entidade terceira, como compensação pelos custos suportados com a constituição de provisões para fazer face ao risco legal implícito nos créditos hipotecários em moeda estrangeira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A., evoluíram de 37,0 milhões de euros no ano anterior, para 52,3 milhões de euros no ano corrente.

CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2023, os custos operacionais continuaram a ser fortemente condicionados pelas taxas de inflação verificadas nas três geografias em que o Banco opera. Com efeito, não obstante a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, os custos operacionais no seu todo aumentaram 8,3% face aos 1.073,0 milhões de euros apurados em 2022, totalizando 1.162,6 milhões de euros, no final do ano corrente.

Os montantes apresentados não excluem os itens específicos⁴ reconhecidos em cada um dos períodos, em custos com o pessoal na atividade em Portugal. Excluindo os itens específicos (impactos negativos de 15,3 milhões de euros em 2023 e de 16,5 milhões de euros em 2022), os custos operacionais do Grupo cifraram-se em 1.147,3 milhões de euros, situando-se 8,6% acima dos 1.056,5 milhões de euros contabilizados no ano anterior.

Este desempenho foi determinado pelo aumento quer dos custos com o pessoal (9,3%, 52,2 milhões de euros), quer dos outros gastos administrativos (11,4%, 40,3 milhões de euros), em ambos os casos mais expressivo na atividade internacional, pese embora na atividade em Portugal também se tenha registado um acréscimo face ao montante contabilizado no ano anterior. As amortizações do exercício, por sua vez situaram-se ligeiramente abaixo (1,3%, 1,8 milhões de euros) do montante registado em 2022, uma vez que a redução registada na atividade em Portugal foi absorvida quase integralmente pelo aumento verificado na atividade internacional.

Apesar dos custos operacionais se terem revelado superiores face ao montante contabilizado em 2022, o aumento evidenciado quer no produto bancário, quer nos proveitos *core*, permitiu uma melhoria significativa dos rácios de eficiência e de eficiência *core*. Com efeito, excluindo os itens específicos referidos anteriormente e excluindo também o impacto positivo de 139,1 milhões de euros, reconhecidos em 2023, na atividade internacional, associados à venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. igualmente considerados itens específicos, o rácio de eficiência evoluiu de 37,0% para 31,6% e o rácio de eficiência *core* de 36,2% para 31,9% no último ano.

Os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* evoluíram, respetivamente, de 37,6% para 30,8% e de 36,7% para 32,3%.

⁴ Em 2023, os itens específicos tiveram um impacto negativo de 15,3 milhões de euros, incluindo custos relacionados com a compensação pelo ajuste temporário da remuneração entre 2014 e 2017, através da distribuição de parte dos resultados obtidos em 2022 pelos colaboradores do Banco, custos com saídas de colaboradores, nomeadamente, com reformas antecipadas, custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores e um proveito reconhecido após celebração de acordo relacionado com responsabilidades com ex-administradores do Banco. Em 2022, o impacto também foi negativo no montante de 16,5 milhões de euros, incluindo a distribuição de parte dos resultados obtidos em 2021 pelos colaboradores do Banco, custos com financiamento de crédito à habitação a ex-colaboradores, atribuição de um pagamento pontual a colaboradores como medida de mitigação dos impactos da inflação e a constituição de uma provisão para outras medidas de adaptação da estrutura.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais totalizaram 616,7 milhões de euros em 2023, situando-se 2,5% acima dos 601,7 milhões de euros apurados em 2022. Excluindo os itens específicos referidos anteriormente, os custos operacionais aumentaram 2,8%, de 585,3 milhões de euros para 601,4 milhões de euros.

A evolução dos custos operacionais na atividade em Portugal, não considerando o impacto dos itens específicos, advém dos aumentos de 5,4% (17,4 milhões de euros) e de 2,6% (4,7 milhões de euros) registados nos custos com o pessoal e nos outros gastos administrativos, respetivamente. As amortizações do exercício, por sua vez, contribuíram favoravelmente para a evolução dos custos operacionais na atividade em Portugal, ao situar-se 7,6% (6,0 milhões de euros) abaixo do montante apurado em 2022.

Apesar de se ter registado um aumento dos custos operacionais, os rácios de eficiência e de eficiência *core* apresentaram uma evolução favorável no último ano, refletindo o aumento registado no produto bancário e nos proveitos *core*, respetivamente.

Com efeito, excluindo o impacto dos itens específicos, o rácio de eficiência na atividade em Portugal, situou-se em 29,5% comparando favoravelmente com os 37,2% apurados em 2022, enquanto o rácio de eficiência *core* evidenciou uma melhoria, de 38,7% para 29,7%. Os rácios de eficiência e de eficiência *core stated* situaram-se em 30,3% e 30,4%, em 2023, valores que comparam respetivamente com 38,3% e 39,8% no ano anterior.

Na atividade internacional, os custos operacionais cifraram-se em 545,9 milhões de euros no final de 2023, situando-se 15,8% acima dos 471,3 milhões de euros contabilizados no ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente ao desempenho da subsidiária polaca, pese embora na subsidiária em Moçambique os custos operacionais também se tenham revelado superiores face aos registados em 2022. Em ambos os casos, foi determinante o nível de inflação registado nestas geografias.

A evolução dos custos operacionais na atividade internacional decorreu dos aumentos de 14,4% (34,8 milhões de euros) nos custos com o pessoal, de 21,0% (35,6 milhões de euros) nos outros gastos administrativos e de 7,0% (4,2 milhões de euros) nas amortizações do exercício.

Não obstante o aumento dos custos operacionais, a evolução do produto bancário também permitiu uma melhoria do rácio de eficiência na atividade internacional, que no último ano evoluiu de 36,6% para 31,5%. Excluindo o impacto positivo no montante de 139,1 milhões de euros, reconhecidos em 2023, associados à venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. considerados itens específicos, o rácio de eficiência na atividade internacional situou-se em 34,2%.

O rácio de eficiência *core* na atividade internacional, por sua vez, evoluiu de 33,4% para 34,8%.

CUSTOS COM O PESSOAL

Em 2023, os custos com o pessoal totalizaram 631,8 milhões de euros, situando-se 8,8% acima dos 580,8 milhões de euros contabilizados no ano anterior.

Excluindo os itens específicos, os custos com o pessoal do Grupo cifraram-se em 616,6 milhões de euros, crescendo 9,3% em relação aos 564,3 milhões de euros contabilizados no ano anterior, influenciados maioritariamente pelo desempenho da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os custos com o pessoal totalizaram 354,8 milhões de euros no final de 2023, situando-se 4,8% acima dos 338,7 milhões de euros apurados no ano anterior. Não considerando o impacto dos itens específicos, os custos com o pessoal na atividade em Portugal totalizaram 339,6 milhões de euros em 2023, correspondendo a um aumento de 5,4% face aos 322,2 milhões de euros apurados um ano antes.

Após a implementação do plano de ajustamento do quadro de pessoal que o Banco levou a cabo em 2021, o número de colaboradores na atividade em Portugal permaneceu estável, fixando-se em 6.242 colaboradores no final de 2023, menos dez do que em 31 de dezembro de 2022, continuando o Banco a responder às necessidades atuais através da contratação de novos colaboradores com competências específicas, nomeadamente no digital, novas tecnologias e áreas de controlo interno.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal ascenderam a 277,0 milhões de euros no final de 2023, situando-se 14,4% acima dos 242,1 milhões de euros apurados em 2022. A subsidiária polaca foi a principal responsável por esta evolução, pese embora na subsidiária em Moçambique também se tenha assistido a um aumento dos custos com o pessoal face ao ano anterior, ainda que de menor dimensão.

Na subsidiária polaca, a evolução dos custos com o pessoal continuou a ser determinada pela forte pressão sobre os salários base, decorrente quer dos níveis de inflação que se verificam no país, quer das características do mercado de trabalho polaco, nomeadamente das taxas de desemprego muito baixas, que reforçam a necessidade de reter os colaboradores. Em contrapartida, refira-se o impacto positivo na evolução dos custos com o pessoal, da redução do número total de colaboradores que no último ano evoluiu de 6.987 colaboradores (6.860 FTE - *full time equivalent*) no final de 2022, para 6.872 colaboradores (6.747 FTE - *full-time equivalent*) em 31 de dezembro de 2023.

A operação em Moçambique, por sua vez, aumentou o seu quadro de pessoal, de 2.504 colaboradores em 31 de dezembro de 2022 para 2.574 colaboradores no final de 2023, o que conjuntamente com a atualização salarial e com o aumento dos prémios pagos, contribuiu para o crescimento dos custos com o pessoal no último ano.

Em 31 de dezembro de 2023, o quadro de pessoal da atividade internacional era assim composto por 9.446 colaboradores, que compara com 9.491 colaboradores existentes no final de 2022.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Em 2023, a evolução dos outros gastos administrativos continuou a ser fortemente condicionada pela inflação nas três geografias em que o Banco opera, sobretudo nas operações no exterior. Assim, não obstante a gestão disciplinada dos custos preconizada pelo Grupo, os outros gastos administrativos, em termos consolidados, situaram-se 11,4% acima dos 353,0 milhões de euros apurados no ano anterior, totalizando 393,2 milhões de euros no final do ano corrente.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos cifraram-se em 188,7 milhões de euros, situando-se 2,6% acima dos 184,0 milhões de euros registados em 2022.

Para este desempenho contribuiu, em larga medida, o aumento dos custos associados a *outsourcing*, relacionados com operações bancárias. Influenciados pelo efeito da inflação, também os outros fornecimentos e serviços e as rendas e alugueres se revelaram superiores face ao montante apurado no ano anterior. Por outro lado, o maior investimento por parte do Banco em tecnologia e cibersegurança provocou, inevitavelmente, um aumento dos respetivos custos, nomeadamente no que respeita à manutenção de *hardware* e *software*, com impacto nas rubricas informática e conservação e reparação. Adicionalmente, a migração progressiva do *servicing* para as máquinas implicou um crescimento do parque de máquinas de depósitos instaladas nas sucursais, o que a par da inclusão de um maior número de sucursais no serviço de centralização de depósitos se refletiu no aumento dos custos associados a transporte de valores (refletidos na rubrica transportes), pese embora o custo por transação tenha diminuído. Os custos associados a publicidade e patrocínios, deslocações, estadias e representações, contencioso e formação também se revelaram superiores face aos montantes apurados em 2022, pese embora com um impacto menos expressivo na evolução dos outros gastos administrativos na atividade em Portugal.

Inversamente, obtiveram-se poupanças significativas em custos com água, energia e combustíveis, decorrentes da redução do preço da energia e de uma gestão eficiente do consumo. Os custos associados a estudos e consultas e a outros serviços especializados também se revelaram inferiores face aos montantes apurados no ano anterior, bem como, apesar de com impacto mais reduzido, os custos associados a seguros, material de consumo corrente, cartões e crédito imobiliário e comunicações.

Por outro lado, o redimensionamento da rede de sucursais que, na atividade em Portugal, evoluiu de 408 sucursais, para 399 sucursais, ainda que não muito significativo, teve um impacto positivo na evolução da generalidade das rubricas que compõem os outros gastos administrativos. Da mesma forma, a prossecução de uma gestão disciplinada dos custos e a consequente implementação de um conjunto de medidas recorrentes tem permitido a otimização da estrutura de custos do Banco.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos ascenderam a 204,5 milhões de euros em 2023, correspondendo a um aumento de 21,0% face aos 168,9 milhões de euros apurados no ano anterior, devido em larga

medida ao já referido aumento generalizado dos preços que se repercutiu quer na subsidiária polaca, quer na subsidiária em Moçambique.

O aumento dos custos foi mais expressivo na subsidiária polaca cuja evolução reflete, para além do impacto da inflação, também o aumento dos custos com consultoria jurídica associados aos créditos hipotecários em moeda estrangeira. Por outro lado, importa referir que a evolução dos outros gastos administrativos, na atividade internacional, continua a beneficiar da otimização da rede de sucursais verificada na subsidiária polaca, cujo número evoluiu das 635 sucursais existentes no final de 2022, para 612 sucursais em 31 de dezembro de 2023. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, terminou o ano de 2023 com 195 sucursais, menos duas apenas que no final do ano anterior.

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

As amortizações do exercício totalizaram 137,5 milhões de euros no final de 2023, situando-se 1,3% abaixo do montante contabilizado em 2022. Esta evolução reflete maioritariamente o desempenho da atividade em Portugal, pese embora o seu impacto tenha sido em grande parte absorvido pelo aumento registado na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício apresentaram uma redução de 7,6%, evoluindo de 79,1 milhões de euros em 2022 para 73,1 milhões de euros no ano corrente. Importa, no entanto, referir que esta evolução foi possível apesar do reforço do investimento efetuado em *software* e equipamento informático, traduzindo o compromisso assumido pelo Banco no que respeita ao processo de transformação digital.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício ascenderam a 64,4 milhões de euros em 2023, situando-se 7,0% acima dos 60,2 milhões de euros registados em 2022, refletindo o desempenho quer da subsidiária polaca, quer da subsidiária em Moçambique.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros

	2023	2022	Var. 23/22
Custos com o pessoal	631,8	580,8	8,8 %
Outros gastos administrativos	393,2	353,0	11,4 %
Amortizações do exercício	137,5	139,2	(1,3 %)
	1.162,6	1.073,0	8,3 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	616,7	601,7	2,5 %
Atividade internacional	545,9	471,3	15,8 %

RESULTADOS DE MODIFICAÇÕES

No quarto trimestre de 2022, o Banco procedeu à revisão e reclassificação do montante associado aos potenciais custos decorrentes do programa de moratórias (*credit holidays*) na Polónia, promulgado em julho desse mesmo ano, que se encontrava contabilizado em outras imparidades e provisões, passando a reconhecer estes custos como resultados de modificações. Desde então, esta rubrica passou também a incluir modificações contratuais, designadamente as negociadas com clientes devedores de créditos hipotecários em moeda estrangeira, de acordo com a IFRS9.

Em 2023, os resultados de modificações totalizaram 19,4 milhões de euros negativos, que compara com 309,9 milhões de euros também negativos apurados no ano anterior, sendo que o montante reconhecido em 2022 resulta maioritariamente do reconhecimento dos custos decorrentes do referido programa de moratórias (*credit holidays*).

IMPARIDADE DO CRÉDITO

Em 2023, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) totalizaram 240,0 milhões de euros, correspondendo a uma redução de 20,2% face aos 300,6 milhões de euros contabilizados no ano anterior, refletindo a evolução favorável registada quer na atividade em Portugal, quer principalmente na atividade internacional.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) totalizaram 207,6 milhões de euros em 2023, situando-se 5,0% abaixo dos 218,4 milhões de euros reconhecidos em 2022. O menor nível de provisionamento, face ao ano anterior, reflete, por um lado, a melhoria no perfil de risco da carteira de crédito e, por outro, a recuperação de relevantes *non-performing exposures*.

Na atividade internacional, as dotações para a imparidade do crédito (líquidas de recuperações) situaram-se significativamente abaixo dos 82,2 milhões de euros reconhecidos em 2022, fixando-se em 32,5 milhões de euros no final de 2023, em resultado do desempenho quer da subsidiária na Polónia, quer principalmente da subsidiária moçambicana, tendo esta última beneficiado da recuperação parcial de um crédito em contencioso, na sequência de um acordo extrajudicial.

A evolução das dotações para imparidade (líquida de recuperações), em termos consolidados, permitiu que o custo do risco do Grupo, líquido de recuperações, registasse uma melhoria significativa em relação aos 52 pontos base observados em 2022, fixando-se em 42 pontos base em 2023. Excluindo o impacto da recuperação associada ao acordo extrajudicial, anteriormente referida, o custo do risco em 2023 situou-se em 48 pontos base.

Na atividade em Portugal, o custo do risco (líquido de recuperações) manteve-se estável face ao ano anterior, fixando-se em 54 pontos base em 2023.

Na atividade internacional, o custo do risco líquido de recuperações melhorou significativamente ao evoluir de 47 pontos base para 18 pontos base, no último ano, beneficiando do impacto da recuperação associada ao acordo extrajudicial anteriormente referido. Excluindo esse impacto, o custo do risco em 2023 situou-se em 37 pontos base.

OUTRAS IMPARIDADES E PROVISÕES

Em 2023, as outras imparidades e provisões totalizaram 859,8 milhões de euros, situando-se 13,8% acima dos 755,6 milhões de euros registados no ano anterior. Para esta evolução contribuiu, em larga medida, o reforço da provisão adicional constituída pela filial polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, que ascendeu a 675,3 milhões de euros no ano corrente versus 430,8 milhões de euros reconhecidos no ano anterior. De referir, no entanto, que a evolução das outras imparidades e provisões foi também consideravelmente influenciada por, em junho do ano anterior, terem sido constituídas imparidades para o *goodwill* da subsidiária polaca, no montante de 102,3 milhões de euros.

As outras imparidades e provisões, na atividade em Portugal, contribuíram favoravelmente para o desempenho desta rubrica, na medida em que se assistiu a uma redução significativa de 21,7% no último ano, de 205,3 milhões de euros, para 160,8 milhões de euros.

Esta evolução reflete sobretudo a redução da imparidade dos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente da carteira de imóveis recebidos por recuperação, sendo que as provisões para outros riscos e encargos também apresentaram uma redução considerável face ao montante reconhecido no ano anterior. Inversamente, a imparidade de outros ativos e de outros ativos financeiros, bem como as provisões para garantias e outros compromissos revelaram-se superiores face ao montante apurado em 2022.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 699,0 milhões de euros no final de 2023, situando-se 27,0% acima dos 550,3 milhões de euros apurados um ano antes.

Conforme referido anteriormente, esta evolução reflete essencialmente o aumento de 244,4 milhões de euros da provisão constituída pela filial polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, cujo impacto na evolução desta rubrica foi, no entanto, em grande medida atenuado pelo facto de, em

junho do ano anterior, ter sido constituída a imparidade, no montante de 102,3 milhões de euros, referente à totalidade do *goodwill* associado à participação que o Grupo detém no Bank Millennium.

A decisão desfavorável do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) no que respeita à remuneração do capital nos créditos hipotecários em moeda estrangeira na subsidiária polaca e a inclusão de ajustes de conservadorismo na metodologia de cálculo das provisões na subsidiária polaca, por forma a antecipar potenciais tendências negativas associadas a estes créditos, conduziram ao reforço de provisões mencionado. Refira-se que o impacto do reforço destas provisões foi, no entanto, mitigado pelo reconhecimento de proveitos, refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos, correspondentes ao valor a receber de entidade terceira, na sequência das cláusulas de indemnização e garantias contratuais previstas no contrato de aquisição do Euro Bank S.A. (52,3 milhões de euros em 2023 e 37,0 milhões de euros em 2022).

A evolução das outras imparidades e provisões na atividade internacional foi ainda influenciada pelas imparidades que haviam sido reconhecidas em 2022 para fazer face ao investimento na participação no Banco Millennium Atlântico (incluindo imparidade para o *goodwill*) e inexistentes em 2023.

IMPOSTOS

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros cifraram-se em 537,4 milhões de euros em 2023, montante que compara com 304,3 milhões de euros apurados no ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, em 2023, impostos correntes de 179,9 milhões de euros (109,6 milhões de euros em 2022) e impostos diferidos no montante de 357,5 milhões de euros (194,7 milhões de euros em 2022).

Os gastos por impostos correntes em 2023 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais na subsidiária polaca.

Os gastos com a redução de ativos por impostos diferidos em 2023 decorrem sobretudo do resultado do período da atividade em Portugal, encontrando-se também influenciados por tributos sobre o setor bancário e provisões para outros riscos e encargos, em ambos os casos não dedutíveis para efeitos fiscais.

Saliente-se que, em 2022, o resultado antes de imposto do grupo incluiu um gasto de 102,3 milhões de euros relativo à imparidade do *goodwill* da subsidiária polaca e que esse gasto não teve qualquer impacto ao nível dos impostos correntes e diferidos.

BALANÇO

ATIVO TOTAL

O ativo total do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 94.380 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, evidenciando um aumento de 5,0% face aos 89.877 milhões de euros⁵ apurados no final do ano de 2022, tendo sido esta evolução impulsionada pelo acréscimo do ativo na atividade internacional, parcialmente mitigado pela redução ligeira verificada na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal registou-se uma ligeira redução de 0,9% do ativo total, face aos 63.284 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2022, tendo-se fixado em 62.725 milhões de euros no final do ano de 2023. No que diz respeito à evolução das rubricas de balanço, verificaram-se reduções na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade), nas disponibilidades em bancos centrais, nos ativos não correntes detidos para venda, nomeadamente na carteira de imóveis recebidos em dação e nos ativos por impostos diferidos. No sentido inverso, verificou-se um aumento na carteira de títulos, sobretudo explicado pelo investimento em dívida pública de países da zona euro.

Na atividade internacional, o ativo total cifrou-se em 31.655 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, evidenciando um aumento de 19,0% face aos 26.593 milhões de euros registados no final do ano anterior. Esta evolução deve-se sobretudo aos aumentos registados na carteira de títulos e na carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade), apesar da redução observada nas disponibilidades em bancos centrais.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito (bruto) consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, cifrou-se em 56.814 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, fixando-se num valor abaixo dos 57.713 milhões de euros apurados no final do ano anterior. Esta evolução reflete a redução verificada na atividade em Portugal, embora o aumento registado na atividade internacional tenha compensado parcialmente a referida redução.

Na atividade em Portugal, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 38.625 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, situando-se abaixo dos 40.149 milhões de euros apurados no final de 2022. A diminuição da carteira de crédito resulta, por um lado, de um menor nível de crédito *performing* (menos 633 milhões de euros face ao valor registado no período homólogo) e, por outro lado, de uma redução das *non performing exposures* (NPE) (menos 266 milhões de euros face ao período homólogo).

Na atividade em Portugal, o crédito a particulares fixou-se em 21.087 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, apresentando uma ligeira redução de 0,5% face ao valor de 21.194 milhões de euros registado em 31 de dezembro de 2022. Por segmentos, verificou-se uma redução do crédito hipotecário (menos 251 milhões de euros do que no período homólogo) no âmbito de uma menor procura de novos créditos devido ao ambiente de taxas elevadas e de um maior ritmo de amortizações dos créditos já existentes e um aumento do crédito pessoal (mais 144 milhões de euros face ao valor registado em 2022).

O crédito a empresas em Portugal desceu 7,5% face a 2022, cifrando-se em 17.538 milhões de euros no final de 2023, num contexto de menor procura de crédito em virtude de taxas de juro mais elevadas, adiamentos e atrasos em projetos de investimento e, também, redução de *stock* de NPE neste segmento. O reembolso das linhas Covid também influenciou esta evolução, com expressão acrescida na medida em que o Banco havia assumido um papel preponderante na concessão destes financiamentos durante a pandemia.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (crédito bruto) fixou-se em 18.190 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, acima dos 17.564 milhões de euros registados no final do ano de 2022. Por geografias e comparando com o final do ano anterior, verificou-se um contributo maior por parte da subsidiária polaca (apesar de uma redução em moeda local, o crédito expresso em euros aumentou devido à evolução favorável do zloti) e um contributo menor por parte da subsidiária moçambicana.

⁵ Na sequência da adoção, em 1 de janeiro de 2023, da IFRS9 - Instrumentos financeiros e da IFRS17 - Contratos de seguro, por parte da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Mbc Ageas), entidade detida a 49% pelo Grupo, e cumprindo a exigência de informação comparativa, as contas de 2022 do Grupo foram reexpressas em conformidade, correspondendo a um impacto positivo de 16,2 milhões de euros no ativo consolidado de 2022.

A carteira de crédito a particulares na atividade internacional evidenciou uma expansão, passando de 12.971 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 para 13.727 milhões de euros no final de 2023, impulsionada pelos aumentos registados no crédito hipotecário (mais 108 milhões de euros do que no período homólogo) e no crédito pessoal (mais 647 milhões de euros do que no período homólogo). Por geografias, no crédito hipotecário foi registado um aumento na subsidiária polaca e uma redução na subsidiária moçambique e no crédito pessoal observaram-se crescimentos nas duas subsidiárias, sendo o aumento registado na subsidiária polaca o de maior expressão.

Ainda no que diz respeito à atividade internacional, o reforço do provisionamento e os acordos celebrados com clientes refletiram-se na redução continuada da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira na subsidiária polaca, que passou de 1.504 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 para 721 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, representando 8,9% e 4,1% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 2,6% e 1,3% da carteira de crédito total do Grupo, no final do ano de 2022 e 2023, respetivamente. Caso seja deduzida à referida carteira a parcela respeitante ao Euro Bank S.A. (cujo risco se encontra integralmente assegurado por uma entidade terceira, no âmbito das cláusulas previstas no contrato de aquisição daquela entidade), o montante da carteira de crédito hipotecário em moeda estrangeira desceu de 1.373 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 para 640 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, representando 8,1% e 3,6% do montante total do crédito registado no balanço do Bank Millennium e 2,4% e 1,1% da carteira de crédito total consolidado nas referidas datas, respetivamente.

O crédito a empresas na atividade internacional registou uma redução de 2,8% em comparação com os 4.593 milhões de euros existentes em 31 de dezembro de 2022, cifrando-se em 4.463 milhões de euros no final de 2023. Por geografias, verificaram-se reduções semelhantes de crédito a empresas nas subsidiárias polaca (explicada em parte pelo plano de otimização para redução dos riscos ponderados) e moçambicana.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	31 dez. 23	31 dez. 22	Var. 23/22
PARTICULARES	34.813	34.165	1,9 %
Hipotecário	27.981	28.124	(0,5 %)
Pessoal	6.833	6.042	13,1 %
EMPRESAS	22.001	23.548	(6,6 %)
Serviços	7.528	8.037	(6,3 %)
Comércio	3.834	4.055	(5,4 %)
Construção	1.500	1.532	(2,1 %)
Outros	9.139	9.923	(7,9 %)
	56.814	57.713	(1,6 %)
do qual:			
Atividade em Portugal	38.625	40.149	(3,8 %)
Atividade internacional	18.190	17.564	3,6 %

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A qualidade da carteira de crédito continua a beneficiar do enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito e das iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos.

O Banco tem implementados processos de gestão e acompanhamento da carteira de crédito, designadamente no que se refere à avaliação do perfil de risco dos diferentes portefólios/segmentos de exposição. Estes processos têm como objetivo identificar e monitorizar, de forma próxima, os clientes potencialmente mais afetados pelo contexto macroeconómico e/ou geopolítico, antecipando eventuais dificuldades de cumprimento das responsabilidades e definindo estratégias de atuação ajustadas às especificidades de cada cliente/grupo de clientes, tendo em vista quer a manutenção do apoio aos clientes considerados viáveis quer a mitigação do risco de crédito em casos em que se detém riscos de perda de valor da exposição.

O *stock* de NPE, em termos consolidados, diminuiu para 1.952 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, apresentando uma redução de 266 milhões de euros face ao final de 2022, tendo o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total diminuído de 3,8% para 3,4% ao longo do último ano. Na atividade em Portugal, o *stock* de NPE totalizava 1.107 milhões de euros no final do ano de 2023, tendo sido registada uma redução expressiva de 255 milhões de euros face a 2022, com o rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total a evoluir de 3,4% para 2,9% no último ano.

Quanto aos graus de cobertura por imparidades, salientamos que a cobertura de NPL há mais de 90 dias, em termos consolidados, passou de 208,9% no final de 2022 para 213,0% em 31 de dezembro de 2023. A cobertura de NPE por imparidade, em termos consolidados, fixou-se em 81,8% no final de 2023, situando-se num patamar acima dos 68,3% registados em 31 de dezembro de 2022. Em Portugal, a cobertura de NPE por imparidade situou-se em 89,3% em 31 de dezembro de 2023, permanecendo também num patamar acima do registado no ano anterior (68,6% em 31 de dezembro de 2022).

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	31 dez. 23	31 dez. 22	Var. 23/22	31 dez. 23	31 dez. 22	Var. 23/22
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	56.814	57.713	(1,6 %)	38.625	40.149	(3,8 %)
Crédito vencido > 90 dias	512	496	3,2 %	210	180	16,5 %
Crédito vencido	623	590	5,5 %	230	201	14,6 %
Crédito reestruturado	1.729	1.866	(7,3 %)	1.186	1.341	(11,5 %)
NPL > 90 dias	750	725	3,4 %	360	333	8,0 %
NPE	1.952	2.218	(12,0 %)	1.107	1.361	(18,7 %)
Imparidade do crédito (balanço)	1.596	1.515	5,3 %	989	935	5,8 %
Imparidade NPE (balanço)	1.028	1.011	1,7 %	606	592	2,4 %
RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	0,9 %	0,9 %		0,5 %	0,4 %	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	1,1 %	1,0 %		0,6 %	0,5 %	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	3,0 %	3,2 %		3,1 %	3,3 %	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	1,3 %	1,3 %		0,9 %	0,8 %	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	3,4 %	3,8 %		2,9 %	3,4 %	
Rácio NPE - EBA (inclui títulos e extra-patrimoniais)	2,2 %	2,6 %		2,0 %	2,4 %	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	312,1 %	305,8 %		471,7 %	519,5 %	
Cobertura do Crédito vencido	256,4 %	256,7 %		429,9 %	465,6 %	
Cobertura de NPL > 90 dias	213,0 %	208,9 %		274,8 %	280,4 %	
Cobertura de NPE	81,8 %	68,3 %		89,3 %	68,6 %	
Cobertura específica de NPE	52,7 %	45,6 %		54,7 %	43,5 %	

Nota: os NPE incluem apenas exposições do agregado crédito a clientes, tal como definido no glossário.

RECURSOS TOTAIS

Em 31 de dezembro de 2023, os recursos totais de clientes do Grupo ascenderam a 95.295 milhões de euros, apresentando uma evolução favorável, aumentando 2.487 milhões de euros face aos 92.808 milhões de euros obtidos na mesma data do ano anterior, beneficiando do aumento na atividade internacional (mais 4.076 milhões de euros do que no período homólogo), parcialmente mitigado pela redução na atividade em Portugal (menos 1.590 milhões de euros do que no período homólogo).

Os recursos de clientes de balanço do Grupo, que compreendem os depósitos e outros recursos de clientes e os débitos para com clientes titulados, ascenderam a 79.215 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, evidenciando um aumento de 1.965 milhões de euros face aos 77.250 milhões de euros alcançados no final do ano anterior. Esta evolução resulta do efeito conjugado do aumento de 3.592 milhões de euros registado na atividade internacional e da redução de 1.626 milhões de euros registada na atividade em Portugal.

Em 31 de dezembro de 2023, os recursos de clientes fora de balanço do Grupo ascenderam a 16.080 milhões de euros, apresentando um aumento de 521 milhões de euros face ao valor obtido na mesma data do ano anterior. Os recursos fora de balanço registaram um aumento significativo na atividade internacional e um aumento ligeiro na atividade em Portugal.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes alcançaram 66.672 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, o que compara com 68.262 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior, sendo esta evolução justificada na quase totalidade pela evolução dos recursos de balanço, mais especificamente pela redução dos depósitos e outros recursos de clientes (menos 1.571 milhões de euros do que no período homólogo) num contexto de aplicação de poupanças na amortização antecipada de créditos e noutros fins.

Os recursos fora de balanço na atividade em Portugal registaram um aumento ligeiro de 37 milhões de euros face ao período homólogo, fixando-se em 14.222 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, verificando-se um aumento mais significativo nos ativos distribuídos e um aumento ligeiro nos ativos sob gestão, parcialmente anulados pelo decréscimo observado nos seguros de poupança e investimento.

Na atividade internacional, os recursos totais de clientes registaram um aumento 4.076 milhões de euros face aos 24.546 milhões de euros registados em 31 de dezembro de 2022, fixando-se em 28.623 milhões de euros no final de 2023, refletindo principalmente o contributo positivo da subsidiária polaca, ligeiramente atenuado pelo decréscimo registado na subsidiária em Moçambique.

Os recursos de balanço na atividade internacional integralmente compostos por depósitos e outros recursos de clientes fixaram-se em 26.765 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, 3.592 milhões de euros acima do valor de 23.173 milhões de euros registado no final de 2022, beneficiado do dinamismo da captação de recursos na operação polaca, ligeiramente mitigado pelo decréscimo registado na operação em Moçambique.

Os recursos fora de balanço na atividade internacional registaram um aumento de 484 milhões de euros face ao período homólogo, fixando-se em 1.858 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. Em termos de segmentos, verificaram-se aumentos nos ativos sob gestão e nos ativos distribuídos e um ligeiro decréscimo nos seguros de poupança e investimento.

Em 31 de dezembro de 2023, os recursos de clientes de balanço representavam 83,1% dos recursos totais de clientes (83,2% no final de 2022), com os depósitos e outros recursos de clientes a representarem 81,8% dos recursos totais de clientes (percentagem inalterada face à registada no final de 2022).

O rácio de transformação, calculado de acordo com a definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 70,9% em 31 de dezembro de 2023, sendo que o mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, fixou-se em 69,7%. Ambos os rácios apresentam valores abaixo dos obtidos na mesma data do ano anterior 74,0% e 72,7%, respetivamente.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	31 dez. 23	31 dez. 22	Var. 23/22
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	79.215	77.250	2,5 %
Depósitos e outros recursos de clientes	77.928	75.907	2,7 %
Débitos para com clientes titulados	1.287	1.343	(4,1 %)
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	16.080	15.558	3,3 %
Ativos sob gestão	5.561	5.114	8,8 %
Ativos distribuídos	5.915	5.102	15,9 %
Seguros de poupança e investimento	4.603	5.343	(13,8 %)
	95.295	92.808	2,7 %
dos quais:			
Atividade em Portugal	66.672	68.262	(2,3 %)
Atividade internacional	28.623	24.546	16,6 %

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos, tal como definida no glossário, cifrou-se em 27.409 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, evidenciando um aumento de 37,6% em relação aos 19.918 milhões de euros registados na mesma data do ano anterior, passando a representar 29,0% do ativo total no final de 2023 (22,2% no final de 2022).

A carteira afeta à atividade em Portugal passou de 14.561 milhões de euros no final de 2022 para 17.271 milhões de euros existentes em 31 de dezembro de 2023, sendo este aumento associado a um reforço da diversificação com dívida pública da zona euro, nomeadamente dívida pública espanhola, alemã, francesa e belga, compensando um menor investimento em dívida pública portuguesa.

A carteira de títulos afeta à atividade internacional apresentou um aumento significativo, evoluindo de 5.357 milhões de euros no final do ano anterior para 10.138 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, na sequência do reforço do investimento em dívida pública local das subsidiárias polaca e moçambicana e, também, de outros países da zona euro.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

Ao longo de 2023 as três operações do Grupo - Millennium bcp, Bank Millennium e Millennium Bim - mantiveram posições de liquidez robustas, suportadas sobretudo em bases de depósitos de retalho dotadas de comprovada estabilidade e que permitiram manter todos os indicadores de liquidez, regulatórios e internos, confortavelmente acima dos mínimos exigidos.

No final do ano e em base consolidada, o rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*) atingiu 276%, vs. 212% em dezembro de 2022, representando um excedente de 16 mil milhões de euros (em comparação com 10 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), permitindo cumprir por larga margem o requisito mínimo regulamentar de 100%.

Na perspetiva da liquidez estrutural, o Grupo continuou a reforçar a sua base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, complementada por instrumentos de médio e longo prazo, consistindo maioritariamente em emissões do MREL (*Minimum Requirements for Own Funds and Eligible Liabilities*). O rácio regulamentar de financiamento estável (NSFR: *Net Stable Funding Ratio*; Artigo 428 do Regulamento (EU) 2019/876) atingiu 167% em dezembro de 2023, vs 154% um ano antes, acima do mínimo regulatório de 100%. O rácio de transformação do crédito sobre depósitos, calculado conforme a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, evoluiu de modo consistente no sentido de um maior conservadorismo, com uma redução de 74% para 71%.

Em Portugal, após a expressiva migração de depósitos para produtos de poupança não bancários ocorrida sobretudo no primeiro trimestre de 2023, o volume de recursos de clientes apresentou um comportamento estável ao longo do segundo semestre, permitindo ao Banco defender a sua quota de mercado.

No que respeita à estrutura de financiamento *wholesale*, o BCP procedeu em janeiro de 2023 ao reembolso antecipado da segunda tranche da Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada III (ORPA III, "T LTRO III" na abreviatura inglesa, no valor bruto de 600 milhões de euros), sem impacto material nos indicadores de risco de liquidez.

Em setembro de 2023, após readquirir o estatuto de *investment grade* pelas quatro principais agências de *rating*, o BCP voltou ao mercado, colocando uma emissão de dívida sénior preferencial elegível para MREL ao abrigo do seu *Euro Note Programme*, e no cumprimento do seu plano de *funding*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 3 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final do segundo ano, um preço de emissão de 99,825% e uma taxa de juro fixa de 5,625%, ao ano, durante os primeiros 2 anos (correspondente a um *spread* de 1,90% sobre a taxa *mid-swaps* de 2 anos). No terceiro ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 1,90%. A colocação da emissão foi feita numa base muito diversificada de investidores institucionais, tendo a procura superado em mais de 3 vezes o montante da operação. A elevada procura e o perfil dos investidores envolvidos na emissão possibilitaram o estreitamento do *spread* em 30 pontos base durante a fase de execução, refletindo também uma excelente resposta do mercado aos recentes *upgrades* do *rating* do Banco.

O *buffer* de liquidez disponível para desconto no BCE situou-se no final de 2023 em 27,9 mil milhões de euros, 1,4 mil milhões de euros acima do verificado um ano antes, para o que contribuíram sobretudo a evolução favorável do *cash flow* gerado pela atividade, a redução das contas margem de derivados, a emissão de MTN e a valorização de ativos integrados no *portfolio* de ativos descontáveis no BCE, que compensaram os impactos em sentido contrário da evolução do *gap* comercial e da reversão dos *haircuts* aplicáveis aos ativos elegíveis para os valores em vigor antes das medidas extraordinárias tomadas pelo BCE após a pandemia associada à COVID-19. O *buffer* de liquidez compreende no final de 2023 uma posição longa de 2,1 mil milhões de euros sobre o BCE, ligeiramente inferior à observada um ano antes (2,6 mil milhões de euros).

Ao longo de 2023, o Bank Millennium evidenciou um expressivo crescimento de 11% da sua base de depósitos de retalho. A posição de liquidez da operação foi ainda reforçada pela colocação em mercado de uma emissão *senior non preferred* de 500 milhões de euros. Inicialmente colocada com um montante de 400 milhões de euros, esta emissão foi subsequentemente aumentada num montante adicional de 100 milhões de euros. Tem maturidade de quatro anos e uma remuneração de 9,875% e qualifica para efeitos de MREL, representando assim o cumprimento de mais uma etapa do plano de recuperação da instituição.

O Millennium bim continua a exibir uma posição de liquidez resiliente, suportada num *buffer* robusto descontável no respetivo banco central, apesar do forte aumento das taxas de reservas mínimas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira imposto pelo respetivo banco central no primeiro semestre de 2023.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 31 de dezembro de 2023 fixou-se em 15,5% em *phased-in* e em 15,4% em *fully implemented*, refletindo uma variação de +286 e de +293 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 12,6% e 12,5% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* na mesma data de 2022, confortavelmente acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2023 (CET1 9,41%, T1 11,38% e Total 14,00%) e em linha com os objetivos de solvabilidade de médio prazo.

A evolução dos rácios de capital no período continuou a ser condicionada significativamente pelos impactos no Bank Millennium, relacionados com o aumento do provisionamento para riscos legais associados a créditos em moeda estrangeira. No entanto, estes efeitos foram mais do que compensados pelo bom desempenho da atividade recorrente em Portugal, bem como pela gestão criteriosa e proativa do capital, a qual contempla a remuneração dos acionistas, numa trajetória convergente para os níveis constantes do plano estratégico.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

	Milhões de euros	
	31 dez. 23	31 dez. 22
FULLY IMPLEMENTED		
Fundos próprios		
Common Equity Tier 1 (CET1)	6.124	5.382
Tier 1	6.608	5.875
Fundos próprios totais	7.903	7.241
Riscos ponderados	39.725	43.106
Rátios de solvabilidade		
CET1	15,4 %	12,5 %
Tier 1	16,6 %	13,6 %
Total	19,9 %	16,8 %
PHASED-IN		
CET1	15,5 %	12,6 %

Nota: Os rácios de 31 de dezembro de 2023 são estimados, incluindo os resultados líquidos positivos acumulados.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM 2023

Em 2023 e sob um contexto macroeconómico desafiante, o Banco manteve o foco no apoio às famílias e às empresas.

O BCP informou que, em 18 de dezembro de 2023, a agência de notação financeira DBRS Morningstar melhorou o *rating* da dívida sénior *unsecured* do BCP de BBB (*low*) para BBB e o *rating* dos depósitos de BBB para BBB (*high*), um nível acima do *Intrinsic Assessment*, refletindo o quadro jurídico em vigor em Portugal, de plena preferência dos depositantes em processos de insolvência e resolução bancária.

A revisão em alta do *rating* do BCP por parte da DBRS Morningstar refletiu a melhoria da rendibilidade e o reforço dos níveis de capitalização, a par da manutenção de níveis adequados de qualidade dos ativos. A tendência estável reflete a expectativa de que o Banco irá manter níveis de rendibilidade adequados e *buffers* de capital sólidos. A tendência estável teve também em consideração a adequada estrutura de financiamento aliada a sólidos *buffers* de liquidez.

O BCP informou que, em 5 de dezembro de 2023, na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 31/2022, de 6 de maio, que aprovou o novo regime jurídico das obrigações cobertas e transpôs a Diretiva (UE) 2019/2162 (“Regime Jurídico das Obrigações Cobertas”), foi aprovada, nessa data pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a conversão do seu programa de obrigações hipotecárias para um programa de obrigações cobertas, no montante total de €12.500.000.000. Em consequência, em 17 de janeiro de 2024, a Fitch Ratings melhorou o *rating* das obrigações cobertas de A para AA+.

O BCP informou, em 4 de dezembro de 2023, ter recebido a decisão do Banco Central Europeu (BCE) no âmbito do *Supervisory Review and Evaluation Process* (SREP) sobre os requisitos mínimos prudenciais que deverão ser respeitados em base consolidada a partir de 1 de janeiro de 2024. Os requisitos mínimos prudenciais a vigorar a partir de janeiro de 2024 mantiveram-se inalterados face os requisitos que vigoraram em 2023.

O BCP, nesse comunicado, informou também a decisão do Banco de Portugal sobre a reserva de fundos próprios que lhe é exigida na qualidade de “outra instituição de importância sistémica” (O-SII).

Os *buffers* incluem a reserva de conservação de fundos próprios (2,5%), a reserva contra cíclica (0%) e a reserva para outras instituições de importância sistémica (O-SII: 1,0%).

O BCP informou que, em 22 de novembro de 2023, a agência de notação financeira Moody's melhorou o *rating* da dívida sénior *unsecured* do BCP de Baa3 para Baa2 e o *rating* dos depósitos de Baa2 para A3, situando-se o *rating* atribuído aos depósitos ao mesmo nível do *rating* da República Portuguesa.

A revisão em alta do *rating* do BCP por parte da Moody's refletiu, a melhoria dos indicadores de risco do Banco por via da redução do *stock* de *non-performing assets* (NPA), a melhoria dos níveis de capitalização bem como a melhoria da rendibilidade recorrente da atividade doméstica. A decisão reflete também a recente revisão em alta do *rating* da dívida da República Portuguesa que passou de Baa2 para A3.

No âmbito da revisão efetuada pela Moody's foi simultaneamente comunicada a melhoria do *Baseline Credit Assessment* (BCA) e do BCA Ajustado do BCP de Ba2 para Ba1, do *rating* da dívida sénior não preferencial para (P)Ba1, da dívida subordinada não perpétua para (P)Ba2 e da notação de *rating* para as ações preferenciais para B1(hyb). Adicionalmente a Moody's informou, nesta mesma data que o *rating* do programa de obrigações hipotecárias do BCP subiu de Aa2 para Aaa.

O Outlook do *rating* de longo prazo dos depósitos e da dívida sénior *unsecured* passou para estável, refletindo a perspetiva da Moody's sobre a *performance* financeira do Banco nos próximos 12-18 meses.

O BCP informou, em 17 de novembro de 2023, que foi notificado pelo Banco de Portugal sobre a decisão de implementação de uma reserva para risco sistémico setorial, que visa reforçar a resiliência do sector bancário face a uma deterioração das condições económicas e/ou correção significativa inesperada dos preços do imobiliário residencial. A reserva para risco sistémico setorial complementa a atual recomendação prudencial e consiste numa medida preventiva para fazer face à eventual materialização de potenciais riscos.

A decisão do Banco de Portugal traduz-se na exigência do cumprimento de uma reserva para risco sistémico setorial de 4% sobre o montante das posições em risco sobre a carteira de retalho de pessoas singulares garantidas por imóveis destinados à habitação localizados em Portugal, calculada nos termos do n.º 3 do artigo 92º do Regulamento (UE) 575/2013, a partir de 1 de outubro de 2024, ao mais elevado nível de consolidação em Portugal, tendo presente o enquadramento legal aplicável.

O Banco Comercial Português S.A. informou que esta decisão de imposição desta medida que visa a constituição de uma reserva para risco sistémico setorial se traduziria em base *proforma* num aumento estimado dos requisitos de fundos próprios em 26 pontos base.

O BCP informou que recebeu autorização do BCE para reduzir Fundos Próprios, através do exercício da opção de reembolso antecipado da emissão de *Additional Tier 1* (“AT1”) em curso, considerando que na sequência da referida redução, os fundos próprios e os passivos elegíveis do BCP, em base consolidada, deverão exceder os requisitos previstos no Regulamento (EU) N° 575/2013 da Diretiva 2013/36/EU do Parlamento e do Conselho Europeu e na Diretiva 2014/59/EU do Parlamento e do Conselho Europeu, por uma margem considerada adequada pelo BCE.

O BCP fixou no dia 25 de setembro as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial elegível para MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo do seu *Euro Note Programme*. A emissão, no montante de 500 milhões de euros tem um prazo de 3 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco no final do segundo ano, um preço de emissão de 99,825% e uma taxa de juro fixa de 5,625%, ao ano, durante os primeiros 2 anos (correspondente a um *spread* de 1,90% sobre a taxa *mid-swaps* de 2 anos). No terceiro ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um *spread* de 1,90%.

A Fitch Ratings em 21 de setembro melhorou a notação de *rating* da dívida sénior preferencial para a categoria de *Investment Grade*. Este *upgrade* reflete a visão da Fitch Ratings sobre os rácios de capital do BCP, que aumentaram significativamente e para níveis considerados adequados. Esta melhoria foi suportada pelo aumento da rendibilidade, num contexto de taxas de juro mais elevadas, pela forte eficiência operacional e pela redução do risco de crédito em balanço. O *upgrade* reflete também a redução do risco legal associado à carteira de créditos denominados em francos suíços detidos pela subsidiária polaca. O *Outlook* do IDR de longo prazo é estável. A Fitch Ratings também reviu em alta os *ratings* atribuídos aos instrumentos de *Additional Tier 1* e *Tier 2* do BCP em um *notch*.

A S&P Global Ratings em 12 de setembro melhorou a notação de *rating* da dívida sénior preferencial para a categoria de *Investment Grade*. Este *upgrade* reflete a visão da S&P Global Ratings sobre melhoria da qualidade creditícia do BCP em termos absolutos e relativamente aos seus *peers* por via da sólida geração interna de capital e da combinação de medidas extraordinárias que impulsionaram a melhoria da rendibilidade, suportada também em níveis de eficiência melhores que os dos seus *peers* e a expectativa que a eventual degradação da qualidade dos ativos será controlável. A notação de *rating* atribuída ao BCP incorpora potenciais riscos decorrentes da operação do grupo na Polónia e potenciais impactos nos resultados de 2023 e 2024. O *Outlook* de longo prazo é estável. A S&P Global Ratings também reviu em alta os *ratings* atribuídos aos instrumentos de *Additional Tier 1* e *Tier 2* do BCP em dois *notches*.

O Banco Comercial Português, S.A. foi submetido ao teste de *stress* de 2023 na União Europeia (EU) conduzido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), em cooperação com o Banco de Portugal, o Banco Central Europeu (BCE) e o Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB). O Banco Comercial Português, S.A. tomou conhecimento dos comunicados da EBA sobre o teste de *stress* na UE em 28 de julho e reconhece os resultados deste exercício, abrangendo 70 bancos que, em conjunto, representam cerca de 75% do total de ativos bancários na União Europeia. O teste de *stress* de 2023 na UE não contém um limiar de aprovação/reprovação, tendo sido projetado para ser usado como uma importante fonte de informação para o processo de análise e avaliação pelo supervisor (SREP-*Supervisory Review and Evaluation Process*). Os resultados permitirão auxiliar as autoridades competentes na avaliação da capacidade do Banco Comercial Português, S.A. em cumprir os requisitos prudenciais aplicáveis em cenários adversos. O cenário adverso do teste de *stress* foi definido pelo BCE/ESRB e cobre um horizonte de três anos (2023-2025). O teste de *stress* foi realizado na premissa de o balanço a dezembro de 2022 permanecer inalterado e, consequentemente, não tem em consideração estratégias de negócio e ações de gestão futuras, não representando uma previsão de lucros do Banco Comercial Português, S.A. Na análise dos resultados dever-se-á ter em consideração que as projeções efetuadas com base no cenário adverso incorporaram um reforço significativo para provisões associadas ao risco legal relativo aos créditos indexados ao franco suíço no Bank Millennium na Polónia. Considerando os resultados do Banco Comercial Português, S.A., destacam-se os seguintes aspetos:

- da aplicação do cenário adverso resultou uma redução de 448 p.b. no rácio de capital CET1 *fully loaded* no final de 2025 face a dezembro de 2022, o que compara com uma redução média de 459 p.b. no universo dos 70 bancos submetidos a este exercício.
- da aplicação do cenário base resultou um aumento de 256 p.b. no rácio de capital CET1 *fully loaded* no final de 2025 face a dezembro de 2022, o que compara com um aumento médio de 136 p.b.

O Millennium bcp e o Fundo Europeu de Investimento (FEI) assinaram um acordo de garantia no valor de 405 milhões de euros no âmbito do InvestEU para apoiar o investimento nas principais prioridades da EU. As novas linhas de crédito vão facilitar o financiamento das PME portuguesas.

O Millennium bcp foi considerado um líder climático na Europa pelo Financial Times e a Statista. O Banco integra pelo terceiro ano consecutivo o ranking “*Europe’s Climate Leaders 2023*” elaborado pelas duas instituições.

Banco Comercial Português, S.A. informou, em 12 de julho, sobre notificação pelo Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional, acerca da atualização do seu requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis (“MREL” ou “*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*”) conforme decisão do Conselho Único de Resolução.

A estratégia de resolução aplicada continuou a ser a de um ponto de entrada múltiplo (“MPE” ou “*Multiple Point of Entry*”). O requisito MREL a cumprir pelo grupo de resolução BCP (constituído pelo Banco BCP, S.A., pelo Banco ActivoBank, S.A. e todas as subsidiárias do BCP, com a exceção do Bank Millennium S.A. e do Banco Internacional de Moçambique e suas respetivas filiais), a partir de 1 de janeiro de 2024 é de:

- 24,65% do montante total das posições em risco (“TREA” ou “*Total Risk Exposure Amount*”), a que acresce ainda o requisito combinado de reservas de fundos próprios (“CBR” ou “*Combined Buffer Requirement*”) de 3,5%, assim correspondendo a um requisito total de 28,15%; e
- 6,71% da medida de exposição total (“LRE” ou “*Leverage Ratio Exposure Measure*”).

O Grupo de Resolução centrado em Portugal não está sujeito a qualquer requisito de subordinação.

De acordo com a regulamentação em vigor, o requisito MREL pode ser anualmente atualizado pelas autoridades competentes, pelo que estas metas substituem as anteriormente fixadas.

O Banco Comercial Português, S.A. realizou a Assembleia Geral Anual de Acionistas, em 24 de maio, por meios telemáticos e simultaneamente nas instalações do Banco, com a participação de Acionistas detentores de 64,29% do respetivo capital social, sendo de destacar as seguintes deliberações:

- Aprovação do Relatório de Gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2022, o Relatório do Governo Societário, que inclui capítulo sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, e o Relatório de Sustentabilidade, e aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2022;
- Aprovação da atualização da política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e a revogação do regulamento de reforma dos Administradores Executivos;
- Aprovação da atualização da política de seleção e designação do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e de contratação de serviços distintos de auditoria não proibidos, nos termos da legislação em vigor.

A S&P Global Ratings, a DBRS e a Moody’s reviram o *Outlook* para Positivo em 17 de abril, 24 de maio e 26 de maio, respetivamente.

A Fitch Ratings em 17 de março elevou o *rating* dos depósitos de longo prazo do BCP para ‘BBB-’ e o *Issuer Default Rating* de longo prazo para ‘BB+’, com *Outlook* estável. O *upgrade* dos *ratings* do BCP reflete, principalmente, a melhoria da qualidade dos ativos do banco, a melhoria dos níveis de capital e a resiliência da rendibilidade antes de imparidades, resultado de uma franquia líder em Portugal e de uma sólida eficiência operacional.

O Bank Millennium S.A. em 13 de fevereiro assinou o acordo para a venda de 80% das ações da Millennium Financial Services sp. z o.o. e celebrou também determinados acordos relativos ao modelo de distribuição exclusiva de seguros, incluindo um acordo de cooperação, acordos de distribuição e de agenciamento. Em 29 de março de 2023, o Bank Millennium S.A. informou que concluiu a transação, resultando no reconhecimento do correspondente resultado financeiro extraordinário positivo, no primeiro trimestre de 2023, de 597 milhões de zlotis antes de impostos (127 milhões de euros).

RECONHECIMENTO EXTERNO

- Millennium bcp e ActivoBank foram eleitos “Escolha do Consumidor” em 2024. O Millennium foi distinguido nas categorias de “Grandes Bancos” e “Apps bancárias”, respetivamente, e o ActivoBank na categoria de “Banca Digital”. O Millennium bcp foi distinguido pelo quarto ano consecutivo enquanto o ActivoBank acumula seis anos na liderança.
- Millennium bcp foi distinguido com o Prémio Cinco Estrelas 2024 na categoria de Grandes Bancos.
- Best Service na categoria de gestão de tesouraria em Portugal pela revista Euromoney, no âmbito do inquérito 2023 *Euromoney Cash Management Non-Financial Institutions Survey*, que elege as instituições que apresentam os melhores serviços junto dos seus Clientes.
- Millennium bcp distinguido na 2ª edição dos prémios *AERI-Iberian Equity Awards* na categoria de “Best IR Professional”.
- Millennium bcp voltou a integrar o índice Stoxx Europe 600, que é uma referência para os investidores institucionais nos mercados de capitais.
- *Best Bank for Sustainable Finance* in Portugal atribuído pela revista Global Finance.
- Millennium bcp é líder no Programa Inovadora COTEC pelo terceiro ano consecutivo, com 54% de quota de mercado.
- Millennium bcp integrou pelo quarto ano o Bloomberg Gender-Equality Index, mantendo-se no grupo restrito das empresas que, a nível mundial, se têm destacado na implementação de políticas e práticas de igualdade de género, diversidade e inclusão.
- Millennium bcp foi distinguido na 12ª edição dos Euronext Lisbon Awards na categoria de *Local Market Member in Equity*.
- Millennium bcp distinguido como “Best Investment Bank” em Portugal pela Global Finance.
- O Millennium bcp voltou a ser distinguido como o Melhor Banco em Marketing e Serviços nas Redes Sociais (*Best Consumer Social Media Marketing and Services*) em Portugal em 2023, pela revista Global Finance.
- O Millennium bcp voltou a ser distinguido como o Melhor Banco em Segurança de Informação e Gestão de Fraudes em Portugal em 2023 (*The Best Consumer Information Security and Fraud Management in Portugal for 2023*), pela revista Global Finance.
- Millennium bcp distinguido como “The Best Consumer Lending in Portugal in 2023” pela revista Global Finance.
- Millennium bcp distinguido como o Melhor Banco em Portugal nos “Sustainable Finance Awards 2023” pela revista Global Finance.
- Millennium bcp distinguido como “Best Consumer Digital Bank” em Portugal, tendo a App sido considerada a “Best Consumer Mobile Banking App”, ambos pela Global Finance.
- App Millennium foi distinguida com os prémios “Produto do Ano” e “Prémio Cinco Estrelas”, na categoria de “Apps Bancárias”, distinções atribuídas pela Five Star Consulting Portugal e Consumer Choice.
- Millennium bcp distinguido como “Best Private Bank for Self-Directed Investments” na Europa pela revista Professional Wealth Management, uma publicação do Grupo Financial Times, no âmbito dos PWM Wealth Tech Awards 2023.
- Millennium bcp venceu o prémio APCC Contact Centers 2023 na categoria de melhor *Contact Center* de Banca em Portugal.
- Millennium bcp venceu o prémio Marketeer na categoria de Banca e Finanças.
- O *software* IziBizi, o primeiro *software* de Faturação e Gestão com Conta Bancária que funde o *software* de faturação e gestão *Cloudware Business* com a API de serviços financeiros e de *Open Banking* do Millennium bcp foi distinguido no “Fosun Group 2023 Semi Annual Awarding” com o “Most Innovative Product Award”. O IziBizi venceu também na categoria “Top Tech of the Future by a Bank” dos *PayTech Awards 2023*.
- ActivoBank foi eleito pelo segundo ano consecutivo “Powerful Brand” na categoria de *online banking*.
- Bank Millennium entre as empresas mais confiáveis do mundo em 2023.

- Bank Millennium é o Melhor Banco da Polónia de acordo com o *ranking Friendly Bank* da Newsweek.
- Bank Millennium foi distinguido como “Melhor Banco na Polónia” em 2023 pela Global Finance.
- Bank Millennium foi distinguido como o “Melhor Banco Digital” (“*Best Digital Bank*”) na Polónia em 2023, pela revista Global Finance.
- Bank Millennium distinguido como o “Melhor Banco Digital” na Polónia para PME (The Best Bank for SMEs in Poland for 2023”) pela revista Global Finance.
- Bank Millennium distinguido como o “*Best Consumer Mobile App*” na Polónia 2023, pela revista Global Finance.
- O *Contact Center* do Bank Millennium esteve em destaque no *Polish Contact Center Awards 2023*, tendo subido ao pódio seis vezes, naquele que é o maior evento do setor, que reconhece os melhores *contact centers* e o melhor serviço de atendimento ao Cliente na Polónia.
- O Bank Millennium ficou no Top 10 na 17ª edição do Ranking de Empresas Responsáveis (*Ranking of Responsible Companies*). O Bank Millennium voltou a estar entre os melhores, ocupando a sexta posição, na prestigiada lista das maiores empresas da Polónia avaliadas pela qualidade da gestão responsável de acordo com as diretrizes ESG.
- Bank Millennium conquistou a segunda posição no ranking “Melhores Empregadores da Polónia 2023”, na categoria Bancos e Serviços Financeiros, da Forbes em colaboração com a empresa Statista.
- Bank Millennium foi distinguido com o título Golden Bank 2023 pela melhor qualidade de serviço multicanal no *ranking Golden Banker 2023*. Este *ranking*, o maior do setor bancário na Polónia, tem como objetivo identificar as instituições bancárias que oferecem os mais elevados padrões de qualidade de serviço, disponibilizam os melhores produtos e realizam atividades que se destacam da concorrência.
- Bank Millennium distinguido com *CSR Golden Leaf* atribuído pela Polityka Weekly pelas suas atividades consistentemente sustentáveis e sucessos mensuráveis na limitação do consumo de recursos.
- Bank Millennium aderiu ao Programa *Global Compact* das Nações Unidas, um referencial para negócios responsáveis baseado em declarações e convenções das Nações Unidas, passando a incorporar os seus dez Princípios - focados nas áreas de direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anti corrupção - nas suas estratégias, processos e operações.
- Millennium bim foi distinguido como “Melhor Banco em Moçambique” em 2023 pela Global Finance.
- Millennium bim foi distinguido como “Melhor Banco de *Private Banking*” em Moçambique pelo quarto ano consecutivo.
- Millennium bim distinguido como “*The Best Consumer Digital Bank for Innovation and Transformation in Africa for 2023*” pela revista Global Finance.
- Millennium bim distinguido como “*Best Consumer Digital Bank*” em Moçambique em 2023 pela revista Global Finance.
- Millennium bcp distinguido com a “*Best Consumer Mobile App*” in Moçambique 2023 pela revista Global Finance.
- Millennium bim distinguido como o “Melhor Banco Digital” (“*Best Digital Bank*”) em Moçambique em 2023 pela revista Global Finance.

EVENTOS SUBSEQUENTES

O BCP informou que fixou em 11 de janeiro de 2024 as condições de uma nova emissão de *Additional Tier 1*, no montante de 400 milhões de euros, com opção de reembolso antecipado pelo Millennium bcp a partir do final do 5.º ano e com uma taxa de juro de 8,125% ao ano durante os primeiros 5,5 anos, que será refixada a partir dessa data de 5 em 5 anos, com referência à taxa *mid-swaps* de 5 anos então prevalecente acrescida de um *spread* de 5,78%. A operação, que gerou um forte interesse do mercado, seguiu-se à realização de um conjunto de reuniões envolvendo mais de 60 investidores. A procura, nos termos finais da emissão, atingiu um montante superior a 3.000 milhões de euros (mais de 7 vezes o montante emitido), com ordens provenientes de mais de 250 investidores institucionais.

Em 11 de janeiro de 2024, o BEI assina acordo com Millennium bcp para disponibilizar 400 milhões de euros em novos empréstimos a empresas portuguesas.

O BCP informou, em 5 de janeiro de 2024, nos termos e para os efeitos do artigo 6.º do Regulamento da CMVM nº 1/2023, que a Administradora Não Executiva Xiaoxu Gu (também conhecida por Julia Gu) apresentou nesse dia carta de renúncia ao cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração, com efeitos a 29 de fevereiro de 2024. O Banco informa que vai iniciar o processo de identificação e seleção de um novo membro não executivo para integrar o seu Conselho de Administração, nos termos dos normativos do Banco aplicáveis. A conclusão deste processo será oportunamente divulgada e não prejudica o regular funcionamento do Conselho.

O BCP informou, em 1 de janeiro de 2024, que decidiu exercer a sua opção de reembolsar antecipadamente a totalidade da emissão de fundos próprios adicionais de nível 1 *Additional Tier 1 “Fixed Rate Reset Perpetual Temporary Write Down Additional Tier 1 Capital Notes”* (ISIN: PTBCPFOM0043), emitidas a 31 de janeiro de 2019, de acordo com a Condição 9.2 dos termos e condições das Notes. O reembolso antecipado das Notes terá lugar na primeira data prevista nos seus termos e condições, 31 de janeiro de 2024, pelo respetivo montante de capital em dívida acrescido de juros vencidos.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2023, a economia mundial deverá ter abrandado de 3,5% para 3,1%. Esta evolução reflete, contudo, desempenhos divergentes entre os principais blocos económicos, com a aceleração do ritmo de crescimento da economia norte-americana (de 1,9% para 2,5%) a contrastar com o forte abrandamento da economia da área do euro (de 3,4% para 0,5%) e com a persistência de importantes debilidades estruturais na China. Em 2024, os efeitos associados à restritividade da política monetária e a redução das medidas de estímulo orçamental que vigoraram em 2023 deverão contribuir para que o PIB mundial mantenha uma taxa de crescimento de 3,1%, o que corresponde a um nível historicamente baixo. A esta projeção estão associados riscos descendentes, relacionados sobretudo com a possibilidade de agravamento das tensões geopolíticas.

Nos mercados financeiros, o ano de 2023 foi marcado por um quadro de maior otimismo, suportado pela resiliência da atividade económica norte-americana, a par com a descida da inflação global, que foi especialmente notória na segunda metade do ano. Neste contexto, os principais bancos centrais anunciaram o término do ciclo de subida de taxas de juro iniciado em 2022, com as taxas de juro de referência a estabilizarem em 5,50% nos Estados Unidos e em 4,50% na área do euro, a partir de julho e setembro de 2023, respetivamente. Neste sentido, os principais índices acionistas mundiais registaram valorizações significativas, destacando-se a subida superior a 20% do índice norte-americano S&P 500. Por sua vez, as *yields* dos títulos de dívida pública dos Estados Unidos e da Alemanha subiram, em particular no terceiro trimestre do ano. O enquadramento mais favorável refletiu-se no desempenho das classes de ativos dos mercados emergentes, ainda que em menor magnitude, e numa redução dos prémios de risco da dívida empresarial, bem como da dívida pública dos países da periferia da área do euro, nomeadamente de Portugal e Itália. No plano cambial, verificou-se uma ligeira apreciação do euro face ao dólar. No que respeita às taxas de juro Euribor, as expectativas de menor restritividade da política monetária no decurso de 2024 contribuíram para que as taxas Euribor a seis e doze meses iniciassem uma trajetória descendente no último trimestre de 2023, enquanto as taxas a três meses se mantiveram relativamente estáveis. O índice acionista nacional beneficiou da evolução positiva dos mercados financeiros internacionais, registando uma valorização de cerca de 12% em 2023.

Em Portugal, o PIB cresceu 2,3% em 2023, ligeiramente acima das previsões das principais instituições domésticas e internacionais. O desempenho positivo da economia portuguesa resultou de um forte contributo das exportações na primeira metade do ano, por via do dinamismo da atividade turística, e de uma aceleração significativa do consumo privado no último trimestre do ano, suportado pelo aumento do rendimento real disponível das famílias, num contexto de redução da taxa de inflação e de expectativas de diminuição dos custos de financiamento. A evolução favorável da atividade económica contribuiu para um decréscimo do rácio da dívida pública em percentagem do PIB, de 112,4% em 2022 para 98,7% em 2023, o que corresponde ao valor mais baixo desde 2010. Em 2024, o Banco de Portugal prevê que o PIB português registe um crescimento mais moderado (1,2%), condicionado, sobretudo, pela desaceleração das exportações, após o forte crescimento observado no ano transato. No que respeita à taxa de inflação, é expectável que prossiga uma tendência descendente, reduzindo-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024.

Na Polónia, a atividade económica desacelerou em 2023, de 4,9% para 0,2%, penalizada pela debilidade da procura interna no primeiro semestre do ano, num contexto de elevadas pressões inflacionistas e de maior restritividade da política monetária. No segundo semestre, a diminuição da taxa de inflação, de um máximo de 18,4% em fevereiro para 6,2% em dezembro de 2023, motivou uma redução da taxa de juro de referência do banco central, de 6,75% em agosto para 5,75% em outubro de 2023. Neste contexto, observou-se um aumento do rendimento real disponível das famílias na segunda metade do ano que contribuiu para uma recuperação da atividade económica, que se deverá prolongar em 2024, com o FMI a antever um crescimento do PIB de 2,8%. No conjunto do ano, o zloti apreciou-se face a 2022, principalmente no último trimestre do ano.

Em Moçambique, o crescimento do PIB acelerou em 2023, suportado pela evolução positiva da indústria extrativa, em particular da produção de gás natural, com o FMI a projetar um crescimento de 6,0%. Apesar da diminuição da taxa de

inflação no decorrer do ano, o banco central manteve a sua taxa de juro referência inalterada em 17,25%, dada a incerteza quanto à evolução dos preços. Em 2024, é expectável que a economia desacelere, pese embora mantenha níveis de crescimento robustos (5,0%), num contexto de descida da inflação e menor restritividade da política monetária.

Em Angola, o PIB deverá ter registado um forte abrandamento em 2023, de 3,0% para 1,3%, penalizado pela contração da atividade do setor petrolífero. Neste entorno, o kwanza depreciou significativamente, em particular no início do terceiro trimestre do ano. Em 2024, o FMI projeta uma aceleração da atividade económica para 3,3%.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

	Milhões euros								
	Grupo			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	dez. 23	dez. 22 (reexpresso)	Var. 23/22	dez. 23	dez. 22 (reexpresso)	Var. 23/22	dez. 23	dez. 22	Var. 23/22
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	2.825,7	2.149,8	31,4 %	1.466,6	951,0	54,2 %	1.359,1	1.198,8	13,4 %
Rendimentos de instrumentos de capital	1,8	10,1	(82,3 %)	1,0	9,3	(88,9 %)	0,8	0,8	(6,8 %)
Resultado de serviços e comissões	771,7	771,9	0,0 %	560,3	560,6	0,0 %	211,4	211,4	0,0 %
Resultados em operações financeiras	144,8	50,0	189,9 %	12,9	69,2	(81,4 %)	131,9	(19,3)	>200%
Outros proveitos de exploração líquidos	(38,6)	(182,9)	78,9 %	(65,0)	(76,3)	14,8 %	26,4	(106,7)	124,8 %
Resultados por equivalência patrimonial	64,3	58,6	9,6 %	59,6	57,7	3,3 %	4,7	0,9	>200%
Produto bancário	3.769,7	2.857,4	31,9 %	2.035,4	1.571,5	29,5 %	1.734,2	1.285,9	34,9 %
Custos com o pessoal	631,8	580,8	8,8 %	354,8	338,7	4,8 %	277,0	242,1	14,4 %
Outros gastos administrativos	393,2	353,0	11,4 %	188,7	184,0	2,6 %	204,5	168,9	21,0 %
Amortizações do exercício	137,5	139,2	(1,3 %)	73,1	79,1	(7,6 %)	64,4	60,2	7,0 %
Custos operacionais	1.162,6	1.073,0	8,3 %	616,7	601,7	2,5 %	545,9	471,3	15,8 %
Custos operacionais excluindo itens específicos	1.147,3	1.056,5	8,6 %	601,4	585,3	2,8 %	545,9	471,3	15,8 %
Resultados antes de imparidades e provisões	2.607,1	1.784,4	46,1 %	1.418,7	969,7	46,3 %	1.188,4	814,7	45,9 %
Resultados de modificações	(19,4)	(309,9)	93,7 %	0,0	0,0	0,0 %	(19,4)	(309,9)	93,7 %
Imparidade do crédito (líq.de recuperações)	240,0	300,6	(20,2 %)	207,6	218,4	(5,0 %)	32,5	82,2	(60,5 %)
Outras imparidades e provisões	859,8	755,6	13,8 %	160,8	205,3	(21,7 %)	699,0	550,3	27,0 %
Resultado antes de impostos	1.487,8	418,3	>200%	1.050,4	546,0	92,4 %	437,5	(127,7)	>200%
Impostos	537,4	304,3	76,6 %	331,1	207,6	59,5 %	206,3	96,7	113,2 %
Correntes	179,9	109,6	64,1 %	13,3	17,2	(22,5 %)	166,5	92,4	80,1 %
Diferidos	357,5	194,7	83,6 %	317,8	190,4	66,9 %	39,7	4,3	>200%
Resultado após impostos de operações em continuação	950,5	114,0	>200%	719,3	338,5	112,5 %	231,2	(224,4)	>200%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	(2,9)	5,5	(151,5 %)	0,0	0,0	0,0 %	(2,8)	5,5	(151,3 %)
Interesses que não controlam	91,6	(77,8)	>200%	(5,6)	(5,0)	(11,3 %)	97,1	(72,8)	>200%
Resultado líquido	856,0	197,4	>200%	724,9	343,5	111,0 %	131,2	(146,1)	189,8 %
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	94.380	89.877	5,0 %	62.725	63.284	(0,9 %)	31.655	26.593	19,0 %
Recursos totais de clientes	95.295	92.808	2,7 %	66.672	68.262	(2,3 %)	28.623	24.546	16,6 %
Recursos de clientes de balanço	79.215	77.250	2,5 %	52.450	54.077	(3,0 %)	26.765	23.173	15,5 %
Depósitos e outros recursos de clientes	77.928	75.907	2,7 %	51.163	52.734	(3,0 %)	26.765	23.173	15,5 %
Débitos para com clientes titulados	1.287	1.343	(4,1 %)	1.287	1.343	(4,1 %)	0	0	0,0 %
Recursos de clientes fora de balanço	16.080	15.558	3,3 %	14.222	14.185	0,3 %	1.858	1.373	35,3 %
Ativos sob gestão	5.561	5.114	8,8 %	4.351	4.307	1,0 %	1.210	806	50,1 %
Ativos distribuídos	5.915	5.102	15,9 %	5.516	4.803	14,8 %	399	299	33,5 %
Seguros de poupança e de investimento	4.603	5.343	(13,8 %)	4.355	5.075	(14,2 %)	248	268	(7,6 %)
Crédito a clientes (bruto)	56.814	57.713	(1,6 %)	38.625	40.149	(3,8 %)	18.190	17.564	3,6 %
Particulares	34.813	34.165	1,9 %	21.087	21.194	(0,5 %)	13.727	12.971	5,8 %
Hipotecário	27.981	28.124	(0,5 %)	18.763	19.014	(1,3 %)	9.218	9.110	1,2 %
Pessoal	6.833	6.042	13,1 %	2.324	2.180	6,6 %	4.509	3.862	16,8 %
Empresas	22.001	23.548	(6,6 %)	17.538	18.955	(7,5 %)	4.463	4.593	(2,8 %)
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	623	590	5,5 %	230	201	14,6 %	393	390	0,8 %
Crédito vencido há mais de 90 dias	512	496	3,2 %	210	180	16,5 %	302	316	(4,3 %)
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	0,9 %	0,9 %		0,5 %	0,4 %		1,7 %	1,8 %	
Imparidade do crédito (balanço)	1.596	1.515	5,3 %	989	935	5,8 %	608	581	4,6 %
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	2,8 %	2,6 %		2,6 %	2,3 %		3,3 %	3,3 %	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	312,1 %	305,8 %		471,7 %	519,5 %		201,2 %	184,0 %	
Stock de Non-Performing Exposures (NPE)	1.952	2.218	(12,0 %)	1.107	1.361	(18,7 %)	845	856	(1,3 %)
NPE / Crédito a clientes	3,4 %	3,8 %		2,9 %	3,4 %		4,6 %	4,9 %	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	81,8 %	68,3 %		89,3 %	68,6 %		71,9 %	67,8 %	
Crédito reestruturado	1.729	1.866	(7,3 %)	1.186	1.341	(11,5 %)	543	525	3,4 %
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	3,0 %	3,2 %		3,1 %	3,3 %		3,0 %	3,0 %	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	42	52		54	54		18	47	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	(Milhares de euros)	
	2023	2022 reexpresso
Juros e proveitos equiparados	4.371.289	2.737.235
Juros e custos equiparados	(1.545.565)	(587.463)
MARGEM FINANCEIRA	2.825.724	2.149.772
Rendimentos de instrumentos de capital	1.783	10.086
Resultados de serviços e comissões	771.673	771.908
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	(6.550)	27.306
Ganhos / (perdas) cambiais	17.469	19.390
Resultados de contabilidade de cobertura	21.808	(2.233)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados	112.088	5.497
Outros proveitos / (custos) de exploração	(60.415)	(193.112)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	3.683.580	2.788.614
Custos com o pessoal	631.806	580.807
Outros gastos administrativos	393.246	352.961
Amortizações	137.499	139.250
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	1.162.551	1.073.018
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	2.521.029	1.715.596
Resultados de modificações	(19.426)	(309.865)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(247.992)	(300.829)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(1.322)	5.023
Imparidade de outros ativos	(56.374)	(192.059)
Outras provisões	(794.158)	(568.297)
RESULTADO OPERACIONAL	1.401.757	349.569
Resultados por equivalência patrimonial	64.266	58.611
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	21.809	10.167
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1.487.832	418.347
Impostos		
Correntes	(179.857)	(109.632)
Diferidos	(357.514)	(194.688)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	950.461	114.027
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	(2.852)	5.537
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	947.609	119.564
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	856.050	197.386
Interesses que não controlam	91.559	(77.822)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	947.609	119.564
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,054	0,010
Diluído	0,054	0,010

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Milhares de euros)

	2023	2022 reexpresso
ATIVO		
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.545.526	6.022.001
Disponibilidades em outras instituições de crédito	337.687	213.460
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Aplicações em instituições de crédito	908.477	963.434
Crédito a clientes	53.305.159	54.675.793
Títulos de dívida	17.579.136	13.035.582
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ativos financeiros detidos para negociação	822.904	766.597
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	467.254	552.679
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	32.004	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10.834.291	7.461.553
Derivados de cobertura	40.628	59.703
Investimentos em associadas	356.259	314.919
Ativos não correntes detidos para venda	80.317	499.035
Propriedades de investimento	39.100	15.217
Outros ativos tangíveis	606.447	574.697
Goodwill e ativos intangíveis	223.105	182.687
Ativos por impostos correntes	20.469	17.945
Ativos por impostos diferidos	2.554.331	2.938.986
Outros ativos	1.626.684	1.582.455
TOTAL DO ATIVO	94.379.778	89.876.743
PASSIVO		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Recursos de instituições de crédito	829.126	1.468.360
Recursos de clientes e outros empréstimos	75.606.813	75.430.143
Títulos de dívida não subordinada emitidos	2.712.682	1.482.086
Passivos subordinados	1.397.425	1.333.056
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Passivos financeiros detidos para negociação	207.387	241.506
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.608.487	1.817.678
Derivados de cobertura	67.825	178.000
Provisões	753.103	561.786
Passivos por impostos correntes	197.085	23.680
Passivos por impostos diferidos	8.795	11.708
Outros passivos	1.691.552	1.391.973
TOTAL DO PASSIVO	87.080.280	83.939.976
CAPITAIS PRÓPRIOS		
Capital	3.000.000	3.000.000
Prémio de emissão	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	316.375	268.534
Reservas e resultados acumulados	1.723.175	1.272.262
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	856.050	197.386
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	6.312.071	5.154.653
Interesses que não controlam	987.427	782.114
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7.299.498	5.936.767
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	94.379.778	89.876.743

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos - montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos - títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades - rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Cobertura específica de *non-performing exposures* (NPE) - rácio entre a imparidade de NPE (balanço) e *stock* de NPE.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) - crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) - crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* - crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) - quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial - diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) - imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) - imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (inclui crédito a clientes ao custo amortizado, crédito a clientes ao justo valor através de resultados e, a partir de 2023, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões - imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) - rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) - rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação - rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) - rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço - depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço - ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito - recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes - recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) - relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) - relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco - Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) - relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional core (Core operating profit) - agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados antes de imparidades e provisões - produto bancário deduzido dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura e resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento - contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) - relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos - títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios - corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores de 2023 não foram objeto de auditoria.